



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA
VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, do **Primeiro Secretário**, Palmira Teresa Moreira Dias, e do **Segundo Secretário**, Manuel Armando Salgado Santos.

O **Presidente da Mesa** informou que a sessão da Assembleia estava a ser transmitida em direto e que todas as transmissões passariam a estar disponíveis no site do Município para quem pretendesse, consultar.

De seguida, procedeu à leitura dos pedidos de suspensão: Inês Mendes Lobo, Alexandra Pereira Gonçalves e Ricardo Jorge Alves Fernandes, todos eleitos pelo PS; Vanessa Cláudia Nogueira da Rosa Pereira Barata e Paulo Jorge Costa, eleito pelo CHEGA. As pessoas que se lhe seguiam na lista, depois de assinarem a respetiva presença, tomaram assento na Assembleia. Pediram também a sua substituição os Senhores Presidente da Juntas de Freguesia de Fafe pela Vogal Soraia Costa, o Presidente da Junta de Paços, pela secretária Lúcia Martins, o Presidente da Junta de Freguesia de Armil, pelo secretário João Pedro Magalhães e o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova, pelo Tesoureiro Rogério Lopes Magalhães.

Posteriormente, o **Presidente da Mesa** informou que o expediente, cuja relação tinha sido distribuída pelos Senhores Deputados, se encontrava disponível para consulta.

Antes de entrar no período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal, a pedido do Presidente da Câmara, a inclusão de dois pontos à ordem de trabalhos, dada a urgência da sua apreciação. Um deles que se prendia com a contratação do empréstimo, já aprovado na última Assembleia, relacionado com o projeto de financiamento da água e um outro que, entretanto também surgiu, relacionado com uma alteração modificativa do orçamento com vista à possibilidade de se lançar o concurso para a recolha dos resíduos, que tinha sido apreciado na reunião de câmara no dia anterior, sendo muito urgente poder avançar com aquele projeto. Afirmou que o Presidente da Câmara poderia explicar melhor, mas parecia que a verba que estava incluída no orçamento não era suficiente para se poder lançar o concurso e tinha de ser corrigido reforçando essa verba, pelo que deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por mencionar que, se os pontos fossem incluídos, teriam a oportunidade de explicar com mais detalhe, aquando da sua apreciação. Contudo, informou que o primeiro ponto eram as condições feita a consulta ao mercado em termos do empréstimo que a Assembleia já autorizou e o outro ponto era uma revisão modificativa para as verbas plurianuais, portanto que não tinham efeito no Orçamento de 2026. De qualquer das formas, referiu que tratando-se de concursos que tinham de ir a visto



Tribunal de Contas, era necessário, por precaução e por cautela, que elas tivessem dotação orçamental suficiente para lançarem o procedimento.

De seguida, foi colocada à votação a inclusão na ordem do dia dos seguintes pontos:

Ponto 9 - Apreciação e votação do pedido de autorização de contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional da operação “CUA – Ciclo Urbano de Água em baixa – Sistema de Água da Região Noroeste – Investimentos em Sistemas de Saneamento de Águas Residuais em Baixa FAF 01”.

Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta de 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento & GOP's 2026.

O **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, afirmou que houve alguma indelicadeza, ou da parte da mesa, em relação aos Membros da Assembleia, por não os ter avisado do segundo ponto que ficou a conhecer naquele momento, ou da parte da Câmara, uma indelicadeza em relação à Assembleia de não ter avisado, pelo que perguntou se não houve tempo para lhes ter enviado os documentos.

O **Presidente da Mesa** comunicou que os documentos iam ser distribuídos de seguida.

O **députado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** afirmou que iria solicitar 30 minutos para avaliar os documentos.

Colocado a votação, a Assembleia deliberou, por maioria com um voto contra do PCP/PEV e uma abstenção da deputada independente, Mercedes Pardo, aprovar.

Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.

Foi dada a palavra a **Ricardo Costa, eleito pelo CHEGA**, que iniciou a sua intervenção dizendo que o CHEGA era um partido sério e a sério, que não faziam juízos de intenção, avaliavam factos e foi precisamente com base nos factos ocorridos na sessão da Assembleia Municipal do dia 28 de abril de 2026 que apresentavam o voto de protesto pela conduta assumida pelo Deputado Municipal do Partido Socialista, Hélder Mendonça. Afirmou que não pretendiam reabrir uma discussão já encerrada ou voltar a trazer o tema, mas porque foram impedidos de exercer o seu direito de protesto. Faziam-no pela dignidade dos visados, mas, acima de tudo, pelo respeito que todos deviam à Assembleia Municipal e à instituição que ela representava, dando o assunto por encerrado.

De seguida, usou da palavra o deputado **João Alberto Pereira, eleito pelo PS**, para dizer que gostaria de dedicar a sua intervenção ao momento extraordinário que Fafe viveu nas últimas semanas com a realização de dois dos mais importantes eventos do Calendário Internacional de Desportos Motorizados. O Rally de Portugal e as duas rondas do Campeonato do Mundo do Enduro. Afirmou que Fafe, como todos sabiam, tinha uma ligação histórica com o Rally de Portugal, todos os anos, a passagem do Campeonato do Mundo de Rallys pelas classificativas no concelho atraía dezenas de milhares de visitantes, enchendo as serras de entusiastas vindos



dos mais diversos pontos do nosso país e do estrangeiro. Mencionou que o nome de Fafe se tornou, assim, uma marca internacional e a imagem do concelho continuava a chegar a milhões de pessoas, referindo que essa notoriedade não surgiu por acaso, pois era o resultado de décadas de trabalho, de paixão das gentes de Fafe pelo desporto motorizado, da qualidade das infraestruturas e da capacidade organizativa das associações e instituições fafenses.

Foi precisamente nesse contexto que no corrente ano Fafe voltou a fazer história ao receber duas rondas consecutivas do campeonato do Mundo Enduro, durante cerca de 20 dias, em que o concelho acolheu 140 pilotos de 20 nacionalidades e mais de 1000 pessoas ligadas às equipas, organização, logística, comunicação, etc. Mencionou que isso tudo confirmava a confiança das entidades internacionais na capacidade de Fafe para acolher um evento de dimensão mundial. Referiu que a elevada ocupação hoteleira, a dinâmica gerada na restauração, no comércio e nos serviços locais, bem como a própria projeção mediática alcançada, evidenciavam a importância daquelas iniciativas para o desenvolvimento económico e turístico do território de Fafe.

Disse que importava reconhecer o trabalho desenvolvido pela organização, pelas associações locais, pelas juntas de freguesia, pelos Bombeiros Voluntários de Fafe, pelas forças de segurança, pela proteção civil, enfim, por todos os voluntários que contribuíram para o sucesso da iniciativa. Destacou também que os grandes eventos já não se avaliavam apenas pelos números que apresentavam, avaliavam-se também pelo legado que deixavam. Um legado económico, naturalmente, mas também, ambiental e social, capaz de gerar valor para o território, produzir recursos naturais e beneficiar toda a comunidade. E nesse aspeto destacou programa KISS-FAF, um programa inovador, considerando-o pioneiro, desenvolvido pelo Mundial de Enduro e validado pela Federação Internacional de Motociclismo. Um programa que integrou medidas concretas, como a instalação de ecopontos com recolha de óleo e pneus usados, zonas ecológicas de lavagem, tratamento de águas residuais, ações de reflução, iniciativas de educação ambiental e projetos de envolvimento da comunidade escolar e das associações locais.

Afirmou que, no domínio da responsabilidade social, importava também sublinhar um gesto que certamente ficaria como um legado permanente da edição, a entrega de um veículo todo-terreno, uma moto 4, pela Associação Organizadora aos Bombeiros Voluntários de Fafe. Mencionou que esse equipamento, preparado para operações de socorro em terrenos de difícil acesso, podia ser utilizado não só para eventos futuros, como também para reforçar a capacidade operacional da corporação em benefício então de toda a população. Fafe demonstrava uma vez mais a sua capacidade de acolher e organizar eventos de dimensão mundial e falou com competência e acima de tudo com uma visão estratégica, no entanto, o sucesso alcançado não devia impedir uma reflexão séria sobre os desafios futuros. Referiu que



era fundamental que fossem avaliados de forma rigorosa os impactos económicos, sociais e até mesmo ambientais efetivamente produzidos, permitindo então consolidar boas práticas e identificar as próprias oportunidades de melhoria. Mencionou que o Mundial de Enduro 2026 reforçou a posição de Fafe como uma referência internacional nos desportos motorizados, complementando o prestígio que Fafe já tinha alcançado, acrescentando esse prestígio com o Rally de Portugal. Por isso, deixaram uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da iniciativa, esperando que os resultados obtidos constituíssem, também, uma base para futuros projetos que continuavam a promover, a valorizar e a afirmar em Fafe.

De seguida, foi dada a palavra ao **deputado Rui Flório Costa, eleito pelo CDS/PP**, para dizer que a sua intervenção era muito rápida, que era apenas uma interpelação. Afirmou que em todas as intervenções que fez e que o CDS tinha feito relativamente às contas da Câmara, apresentadas pela Câmara Municipal, tinha solicitado, já no anterior mandato e no mandato em curso, que fosse remetida a todos os deputados as cartas ou a carta de recomendações dos revisores oficiais de contas que acompanhavam essas contas. Mencionou que o Presidente da Câmara, por inúmeras vezes, lhe respondia e dizia que os serviços iriam remeter. A sua questão era se tinha sido dada essa ordem aos serviços ou se os serviços não cumpriam aquilo que o Presidente da Câmara determinava porque continuava sem receber essas cartas de recomendações que, no fundo, era um resumo que espelhava o que se passava nas contas da Câmara e aquilo que estava mal. Disse que, entretanto, também enviou dois e-mails para a Câmara, aos quais não tinha obtido resposta nem as cartas e, portanto, era nesse sentido de ver se desta vez lhe eram remetidas.

Posteriormente, usou da palavra o **deputado Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD**, que iniciou a sua intervenção para chamar a atenção para uma situação que considerava injusta e que merecia alguma reflexão séria por parte do município e da empresa municipal Águas de Fafe. Afirmou que era uma situação pessoal, que aconteceu consigo, recentemente, quando foi confrontado com uma fuga de água na rede predial da sua habitação, situação que foi comprovada e reconhecida também pelas Águas de Norte. O problema não estava na responsabilidade do proprietário em reparar a fuga, essa responsabilidade era evidente e ninguém a colocava em causa, o problema estava no regulamento em vigor nas Águas de Fafe que tratava da mesma forma o consumo efetivo e a água perdida numa fuga acidental.

Mencionou que o princípio dos escalões tarifários existia para incentivar o consumo responsável, quem consumia mais por opção, devia pagar mais, pelo que pensava que o princípio era justo, mas quando existia uma fuga comprovada não estavam perante consumo, estavam perante um desperdício involuntário. Não houve benefício, não houve utilização, não houve qualquer comportamento também irresponsável por parte do consumidor e, portanto,



aplicar naquelas circunstâncias os escalões mais elevados acabava por contrariar o próprio princípio que justificava a existência da tarificação progressiva. Por isso, considerava que estava na altura das Águas de Fafe reverem o seu regulamento e adotar soluções que já existiam em outros municípios, permitindo que consumos anómalos, resultantes de fugas comprovadas, pudessem beneficiar de um enquadramento mais justo, proporcional e equilibrado.

Existia, também, uma segunda questão que gostava de levantar, dizendo que para localizar a fuga foi necessário recorrer a uma empresa especializada, privada, também, com consumos significativos porque exigia um aparelho mais sofisticado. Perguntou porque as Águas de Fafe não dispunham, também, desses equipamentos próprios para a deteção avançada de fugas para apoiar os seus munícipes nessas situações. Portanto, quando se falava tanto de sustentabilidade, eficiência hídrica, combate ao desperdício de água, faria muito sentido investir nessas tecnologias e fazer uma deteção precoce e apoio aos consumidores do que transferir integralmente o ônus para as famílias. Afirmou que ganhavam os consumidores, ganhava a empresa, ganhava o ambiente e por isso deixou um desafio ao Executivo Municipal e à Administração de Águas de Fafe que revissem o regulamento, o tornassem mais justo, o adaptassem à realidade que muitos Fafenses, também, enfrentavam com fugas de água.

Afirmou que o PSD tinha acompanhado, também, com alguma preocupação a evolução das várias empreitadas financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência, o PRR, designadamente as obras do Centro de Saúde, Parque de Estacionamento de Sá e do Conjunto Habitacional de Alvorada. Mencionou que em todos esses casos se tinha registado atrasos ou pedidos de prorrogação de prazo, o que suscitava dúvidas legítimas quanto ao cumprimento do calendário de execução. Disse que era do conhecimento público que o prazo limite para a elegibilidade das despesas financiadas pelo PRR terminava a 31 de agosto. Assim, toda a despesa que fosse realizada após essa data deixava de ser comparticipada por aquele mecanismo, recaindo o respetivo encargo sobre o município, caso as obras não estivessem concluídas nessa data.

Disse que, nesse contexto, o PSD pretendia que o Executivo esclarecesse: se o Executivo estava em condições de garantir que as obras do Centro de Saúde, do Parque de Estacionamento de Sá, do Conjunto Habitacional de Alvorada estivessem integralmente concluídas e elegíveis para financiamento até ao dia 31 de agosto de 2026; qual era naquele momento o grau de execução física e financeira de cada uma dessas empreitadas; Caso alguma das obras ultrapasse aquele prazo, qual era o impacto financeiro estimado para o município; se existia já alguma previsão de recurso a financiamento bancário ou verbas próprias da Câmara para suportar os custos que deixavam de ser elegíveis, no âmbito do PRR, uma vez que podia acontecer outra prorrogação dos prazos e se isso acontecesse não cumpriam o prazo 31 de agosto, onde as despesas eram elegíveis e se passassem essa data todos os custos depois recaiam sobre o município.



Afirmou que estavam a falar de investimentos estruturantes para o concelho e de uma oportunidade de financiamento excecional que não podia ser obviamente desperdiçada. Disse que os Fafenses também tinham o direito de saber se essas obras estavam efetivamente em condições de cumprir os prazos e se existia, eventualmente, algum risco de um município vir a suportar com recursos próprios através de endividamento em casos que poderiam ser obviamente financiados por fundos europeus e não seriam devido ao não cumprimento dos prazos.

Abordou outro assunto que se enquadrava no âmbito da proteção civil, dizendo que as previsões meteorológicas apontavam para um verão mais quente do que o normal, aumentando consideravelmente o risco de incêndios rurais. Assim, sendo Fafe um concelho particularmente vulnerável a essa realidade, mencionou que era importante saber se o município estava a preparar-se devidamente para essa realidade. Nesse sentido, o PSD gostaria de questionar o Executivo sobre que medidas concretas estavam a ser adotadas para prevenir os incêndios rurais no verão; se estavam concluídas as limpezas e faixas de gestão de combustível da responsabilidade do município; se os caminhos florestais, pontos de água e as restantes infraestruturas de apoio ao combate aos incêndios se encontravam operacionais e já tinham essa garantia; Se os meios municipais de apoio aos bombeiros e à proteção civil foram devidamente reforçados para essa realidade. Terminou dizendo que, perante um verão que se previa particularmente exigente, o Executivo podia garantir aos fafenses que o concelho estava preparado para prevenir e responder eficazmente a uma eventual vaga de incêndios.

De seguida, usou da palavra o **deputado Diogo Silva, eleito pela Iniciativa Liberal**, para dizer que, no âmbito das competências de fiscalização que competiam à Assembleia, trazia três temas distintos que suscitaram dúvidas e careciam de esclarecimento e transparência por parte do Executivo Camarário. Falavam dos custos, opções políticas e de rigor que se exigia na gestão de recursos de todos os fafenses.

O primeiro ponto prendia-se com a recente viagem do Vereador Francisco Lemos à Ásia, dizendo que foram informados pelas redes sociais do município, cujo objetivo passou por aprofundar conhecimento e divulgar o município. Contudo, e numa altura em que se exige uma contenção enorme e um foco desmedido nas finanças locais, a Iniciativa Liberal pedia respostas concretas às seguintes questões: Primeiro, qual foi o motivo real e prático daquela visita; Se Fafe viu nascer algum tipo de contrato, compromisso de investimento direto estrangeiro, tangível, na sequência dessas reuniões; Segundo, quem pagou as viagens, as despesas de alojamento, deslocação e representação, se foram integralmente suportadas pelo Orçamento Municipal ou alguma delas suportadas pelo próprio; se a viagem foi feita sozinho ou se se fez acompanhar de assessores, técnicos ou outros elementos municipais e se sim, quais foram os custos totais desses acompanhantes para o erário público.



Por fim, o Vereador Francisco Lemos esteve na sede da Hyundai a ver modelos de cidades inteligentes, mobilidade inteligente e digitalização urbana. Referiu que, não que fosse contra, e obviamente era um fundamento muito importante para a cidade, contudo, Fafe era um município pequeno, com carências infraestruturais básicas que todos conheciam, pelo que perguntou se o Vereador retirou alguma conclusão relevante e verdadeiramente aplicável à escala e à realidade financeira de Fafe ou se isso não passou de uma aprendizagem para o Vereador.

O segundo tema dizia respeito à presença do Presidente de Câmara e da Vereadora Paula Nogueira na Iniciativa “Fafe na Suíça” junto da comunidade fafense. Queria antes de mais deixar bem claro, em nome da Iniciativa Liberal, que reconheciam e sublinhavam a enorme importância política, cultural e humana desse encontro. Era fundamental que o município marcasse presença junto da comunidade emigrante de Fafe, principalmente na Suíça, reforçando os laços identitários com a diáspora fafense que tanto apoiava a economia local e tanto os orgulhava. Contudo, a importância do evento não podia servir de biombo para a ausência de escrutínio financeiro, por isso, questionavam quais foram os custos totais da comitiva; quanto custou aos fafenses a deslocação e a estadia do Presidente e da Vereadora; depois, se houve acompanhamento nessa mesma delegação, para além dos dois autarcas, se viajaram mais funcionários, assessores ou convidados, sendo a despesa exportada pelo município; se sim, quantos foram e quais os respetivos valores pagos pelo município, salientando que a transparência não prejudicava a proximidade com os emigrantes, pelo contrário, dignificava-a.

Por fim, debruçou-se sobre os registos de contratação pública, dizendo que no passado dia 22 de maio foi celebrado um contrato entre o município de Fafe e a empresa Domingos e Domingos, Lda para a aquisição de serviços de alojamento na categoria 3 estrelas. Analisando o histórico que tinha consigo, verificavam que o contrato, e naquele momento já era o terceiro, era o primeiro a ser realizado no regime de ajuste direto de regime geral, sendo os outros, obviamente, de contratação pública normal, habitual. Naquele caso, com o valor de 19.760€ que obviamente contemplava o ajuste direto, nada de ilegal nesse ponto. Contudo, importava esclarecer duas coisas: o porquê do recurso ao ajuste direto dessa vez e não nas outras duas e o que inviabilizou a abertura de um procedimento de concurso ao público, normalmente muito habitual e transparente, que garantisse a sua concorrência e a sua poupança de dinheiros públicos; quem ia usufruir e quem estava, nos últimos dois anos, a usufruir dessas camas. Afirmou que o contrato tinha um prazo, isso que eram longos, 326 dias. Perguntou a quem se destinavam concretamente aquelas dormidas; Se eram para apoiar os eventos desportivos que o município organizava ou se eram para alojar, no fundo, visitantes institucionais ou comitivas políticas que eram convidadas pelo Executivo; quantas dormidas líquidas estavam contratadas



naquele valor de quase 20 mil euros. Disse que não estava a acusar o Presidente de nada, nem estava a colocar em causa essa competência do município, contudo, quem não devia não temia. Afirmou que os fafenses trabalhavam arduamente para pagar os seus impostos locais e mereciam saber detalhadamente como, onde e por que razão o executivo gastava cada cêntimo do orçamento municipal. Por esse motivo, aguardavam respostas.

Solicitou, também, a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que tinha algumas perguntas que gostava de fazer. Mencionou que a manutenção dos jardins estava entregue a uma empresa há já alguns anos, e que o contrato terminava daí a meio ano pelo que estava na altura de decidir abrir novamente concurso ou assumir a internalização desse serviço, pelo que a pergunta que deixava era se a Câmara não conseguia criar condições para ir assumindo essa manutenção dos jardins no concelho, mesmo que não fosse tudo de uma vez, ir aumentando as zonas mantidas pelo Serviço Municipal de Jardinagem, provavelmente com vantagens financeiras, salientando que naquele momento estavam a entregar cerca de 1000€ por dia a essa empresa, mas certamente com vantagens em termos de vínculos e condições laborais para os trabalhadores e consequentes repercussões sociais.

Referiu que na Rua do Outeiro, na Freguesia de Fafe, que ficava perto de Santo Ovídio, precisava de duas pás de asfalto, era uma coisa pequena que fazia muita diferença a quem lá morava e a quem lá passava. Afirmou que o eleito pelo PCP/PEV na Assembleia da Freguesia de Fafe tinha alertado para isso, mas não tinha sortido efeito, talvez falando com a Câmara a coisa pudesse melhorar.

Relativamente ao Jardim de Infância Montelongo, perguntou o que tinha de especial aquela IPSS e por que razão a Câmara permitiu que durante décadas ela ocupasse um espaço público sem que pagasse renda; por que razão a Câmara ainda tinha disponibilidade para entregar 300 mil euros a essa instituição; O que tornava a IPSS diferente das outras que não tinham, nem tiveram os mesmos benefícios, mencionando que até parecia que a população de Fafe lhe devia algum favor.

Sobre a situação de trânsito na rua José Ribeiro Vieira de Castro, em direção à fábrica de ferro, já abordada, referiu que a Câmara também disse que iria abordar esse assunto, pelo que sugeriu que fosse aberto um processo de discussão pública com a participação dos moradores, das empresas da zona, de forma a conseguir uma melhor solução urbanística, talvez alterando o sentido em algumas das ruas, talvez limitando o estacionamento ou talvez com outras ideias melhores. Mas a consulta pública que referiam não era como a do Regulamento da Habitação, em que nem se teve em consideração, pelo menos uma proposta que entrou. Disse que o que sugeriam era um processo transparente, aberto à participação de todos, com reuniões realizadas no local, com a presença dos decisores políticos e técnicos camarários, envolvendo a população na tomada da decisão, pelo que ficava a sugestão.



Passando para outro assunto, disse que, com a abertura do Mercadona em Fafe, em maio de 2024, se verificou uma alteração significativa na circulação de peões na zona envolvente. Circulava na comunidade, ouvia dizer que o Mercadona teria prometido, ou que teria pago, ou que iria financiar os passeios naquela zona pelo que queria que confirmasse se existia esse acordo, ou se isso era só um boato. Se sim, qual foi o valor acordado e se esse pagamento já tinha sido feito, se ainda ia ser feito, se isso era tudo uma invenção.

Sobre a Intélcia, perguntou sobre a razão para a ausência de resposta por parte da Câmara ao pedido de reunião com o Sindicato; disse que sabiam que o Sindicato solicitou uma reunião quando o assunto surgiu, já há alguns meses, e a Câmara nem disse sim nem não, nem disse se recebeu, nem conseguiu arranjar tempo para falar com os representantes dos trabalhadores. Perguntou se havia alguma justificação para isso ou se, entretanto, iria ser agendada.

Relativamente à Carreira 2555, que era o autocarro que saía de Fafe em direção a Fornelos e Travassós, com as obras do Parque de Estacionamento de Sá, ficou impedido de circular por esse tramo e não conseguia apanhar as pessoas na esquina da Praça Mártires do Fascismo/na Rua de Sá, junto a essa esquina, desde que iniciaram as obras no estacionamento do Parque da Cidade. Passava na escola de Montelongo e seguia diretamente para perto da escola de trânsito e depois aí virava diretamente para Fornelos. Uma pessoa idosa, que eram muitos dos idosos que circulavam nos transportes públicos em Fafe, daquela zona ainda mais, que viesse ao centro da cidade, tinha de se deslocar até à escola de trânsito ou até à central de camionagem. Era mais ou menos fácil, para um autocarro não era muito difícil, em vez de virar logo para Fornelos, ir pelo Retiro, rua Amália Rodrigues, rua Ângelo Medon e apanhar as pessoas no sítio onde habitualmente as apanhava. Não era um desvio muito grande para um autocarro e era um desvio muito grande para quem ia a pé e era uma ajuda, um incentivo ao uso dos transportes públicos.

Afirmou que, não se querendo alongar muito, queria só dar nota que se discutiu na quarta-feira, no Parlamento, a regionalização, um projeto do PCP com datas, com calendário, com a inclusão do referendo, tudo aquilo que era preciso para que se realizasse a regionalização. Queria só dar nota de que os deputados do PSD, CHEGA e IL votaram contra e por isso ficariam sem regionalização durante mais algum tempo.

Para terminar, perguntou onde estavam as bicicletas vitelinhas e também quando é que a Câmara cumpria a decisão da Assembleia de criar uma rede ciclável.

Posteriormente, foi dada a palavra à **deputada Rute Mendes, eleita pelo CHEGA**, para dizer que o Chega trazia à Assembleia a voz e a angústia de mais de 200 pessoas fafenses, 200 famílias. As recentes e justas manifestações dos trabalhadores da Intélcia deixaram um apelo claro que não podiam ignorar e eles queriam e precisavam de ficar em Fafe. Disse que a decisão da Câmara Municipal de denunciar o contrato de arrendamento para instalar a



proteção civil naquele edifício era, no entender do Chega, um ato de profunda incompreensão social e económica. Disse que estavam a falar de uma ameaça direta a mais de 200 postos de trabalho, estavam a falar de empurrar deliberadamente pais e mães de família para, no mínimo, uma deslocação forçada. Perguntou diretamente ao Executivo se estavam mesmo decididos a avançar com aquele despejo institucional; estão mesmo dispostos a arriscar que a Intélcia abandonasse Fafe e que o Concelho ficasse marcado como um território hostil ao investimento e inimigo da criação de riqueza. Afirmou que o Chega se recusava a assistir de braços cruzados àquele desfecho, queriam ser parte da solução, não do problema, que eram totalmente a favor de dar as melhores condições à proteção civil, sem dúvida, mas Fafe tinha património disperso e áreas para reabilitar, pelo que não fazia qualquer sentido desalojar uma empresa viva e funcional quando o Comando de Proteção Civil podia e devia ser instalado noutra local. Disse que exigiam que a Câmara travasse esse processo e abrisse um diálogo sério e construtivo com a empresa, havia soluções que garantiam a segurança e salvaguardavam o emprego, sem destruir o que já funcionava. Pelos trabalhadores, pelas suas famílias e pelo futuro económico de Fafe era necessário repensar seriamente essa decisão. A todos os trabalhadores da Intélcia e seus familiares, estavam inteiramente solidários com as suas.

De seguida, foi dada a palavra à **deputada Cármen Sampaio, eleito pelo PPD/PSD**, para falar mais uma vez do mesmo assunto: a Intélcia. Era um assunto que já vinha a ser rebatido, mas de facto estava longe, muito longe de ser esclarecido com a clareza que exigia o problema, obviamente. Era um assunto que dizia respeito a um edifício pertencente à Câmara Municipal. Afirmou que era um assunto que levantava questões que não podiam ser ignoradas e que exigiam respostas claras e transparentes ao povo de Fafe. Em 2015, o município assumiu um investimento, de certa forma significativa, no qual pretendia atrair para o concelho de Fafe um grupo francês da área do Contact Center e fê-lo porque acreditava que 300 postos de trabalho justificavam aquele investimento e aquele esforço. Adquiriu então um terreno, financiou obras de um edifício preparado para acolher a empresa, realizando assim para o efeito um investimento na ordem de um milhão de euros. Disponibilizou também aquelas instalações mediante uma renda que era meramente simbólica, de facto, uma vez que o interesse era outro. O interesse que se traduzia na captação de postos de trabalho e a expansão económica do concelho. Volvidos estes anos, a esta parte, ficavam numa situação ao qual os fafenses não podiam ser indiferentes e ao qual tinham dificuldade em compreender. O mesmo município, liderado pelos socialistas, que investiu dinheiro público para atrair a referida empresa, parecia agora estar disposto a retirar-lhe o que a outrora lhes proporcionou, nomeadamente o espaço para ali instalar serviços municipais. E era aí que surgiam as questões essenciais, pelo que perguntou se fazia sentido investir dinheiro público na atração de empresas, fossem elas nacionais ou internacionais, participar e promover Fafe junto de investidores a fim de captar



desenvolvimento económico, criar emprego e depois contribuir para a saída das empresas. Disse que era evidente que não fazia qualquer sentido, podia até o Presidente da Câmara argumentar que foram procuradas soluções alternativas, mas na verdade era uma empresa que não decidia permanecer ou sair de um território por uma mera disponibilidade de um edifício, mas permanecia ou saía avaliando condições de acessibilidade, estabilidade e perspetiva de crescimento. Mas se um concelho vizinho lhe oferecesse melhores condições, era evidente que a empresa não levava somente os postos de trabalho, mas levava muito mais, nomeadamente investimentos futuros, novos serviços e até novas oportunidades de emprego e de expansão que poderiam permanecer no nosso concelho se não fosse a decisão do município, que no momento se discutia. Por isso, aquilo que os fafenses pretendiam saber era se: foram esgotadas todas as possibilidades para garantir a permanência da empresa em Fafe; que diligências, se as houve, foram feitas junto dessa empresa; que alternativas foram apresentadas; qual o plano de contingência caso a empresa abandonasse o concelho, e, acima de tudo, o importante era saber quem assumia a responsabilidade política quando a empresa abandonasse o concelho. Afirmou que não estavam a falar só de trabalhadores, mas também de famílias e de investimento que foi realizado para fixação da empresa em Fafe e tinham o direito e o dever de saber se efetivamente foi feito o que era possível por parte do município para avaliar a saída daquela empresa. Referiu que a mensagem do partido que representava era a seguinte: se a Intélcia deixasse Fafe, a responsabilidade seria sempre do Presidente da Câmara e da maioria socialista que governava o município. Disse que a decisão estava nas mãos do Senhor Presidente, que ainda estava a tempo de salvaguardar a credibilidade de Fafe enquanto o concelho que acolhia valores e que investia e ajudava a criar riqueza e garantia emprego e era essa responsabilidade que lhe exigiam.

De seguida, usou da palavra a **deputada Dulce Vieira, eleita pelo PS**, para dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista entendia que uma comunidade forte se construía através de políticas públicas que colocassem as pessoas no centro da ação política. Era precisamente essa visão que tinha orientado o trabalho desenvolvido pelo município de Fafe na área da coesão social, traduzindo num conjunto de medidas e iniciativas que respondiam de forma concreta às necessidades da população e reforçavam a qualidade de vida dos fafenses. Disse que, num contexto social cada vez mais exigente, marcado por desafios económicos habitacionais, demográficos e de saúde, importava reconhecer o investimento realizado na qualificação das respostas sociais e na capacitação dos profissionais que diariamente trabalhavam junto das populações mais vulneráveis. Afirmou que a recente ação da capacitação, prestações sociais, capacitar para intervir, promovida pelo Núcleo Local de Inserção, era um exemplo claro dessa aposta, ao reunir dezenas de técnicos de diversas instituições, permitiu reforçar conhecimentos e competências fundamentais para garantir uma intervenção social mais próxima, mais



esclarecida e mais eficaz. Da mesma forma, merecia destaque o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, uma medida que continuava a apoiar famílias em situações de fragilidade económica e habitacional, contribuindo para assegurar condições de vida mais dignas e estáveis.

Disse que o trabalho desenvolvido no Bairro da Cumieira evidenciava igualmente uma política de proximidade que ia muito além da resposta imediata às dificuldades. O acompanhamento social, as atividades comunitárias, a promoção da participação e a inclusão eram instrumentos fundamentais para construir oportunidade e fortalecer laços sociais. Afirmou que o Grupo Municipal do Partido Socialista destacava ainda a crescente atenção dada à promoção da saúde mental, através de iniciativas de sensibilização e literacia que ajudava a combater o estigma e promover o bem-estar psicológico à população e, em particular, aos mais jovens e às suas famílias.

No que respeitava à população sénior, sublinhou o conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo município, desde a Assembleia Municipal Sénior aos encontros institucionais, atividades culturais e recreativas e o tradicional passeio sénior. Salientou que essas ações representavam muito mais do que momentos de convívio, eram instrumentos de combate ao isolamento, à promoção do envelhecimento ativo e de valorização daqueles que tanto contribuíram para o desenvolvimento do concelho de Fafe.

Disse que, não menos relevantes, eram os programas de apoio à saúde e ao bem-estar das famílias, nomeadamente o Programa de Transportes Ambulatórios e o Programa ABEM, rede solidária do medicamento. Ambos representavam respostas concretas às dificuldades que muitos municípios enfrentavam no acesso aos cuidados de saúde, garantindo maior equidade e proteção social.

Afirmou que o Grupo Municipal do Partido Socialista considerava que as medidas elencadas refletiam uma estratégia coerente e sustentada de desenvolvimento social, assente na proximidade, na solidariedade e na promoção da igualdade de oportunidades. Disse que, num tempo em que tantas vezes se procurava desvalorizar o papel das instituições públicas, importava afirmar que era através de políticas como aquelas que se caracterizava a verdadeira missão do poder local. Estar ao lado das pessoas, responder às suas necessidades e construir uma comunidade mais justa, mais inclusiva e mais coesa. Por isso, reafirmavam o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, pelos técnicos, pelas instituições parceiras e por todos aqueles que diariamente contribuíam para fazer de Fafe um concelho mais solidário, mais humano e mais preparado para enfrentar os desafios do futuro.

Por fim, usou da palavra o **deputado Carlos Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que a preocupação com a Intélcia era legítima, o aproveitamento político é que já era questionável. Lembrou que tiveram uma Assembleia em que discutiram conscientemente esse assunto e a



sensação com que ficavam era que a desgraça de alguns servia para, politicamente, fazerem ali intervenções consecutivas. Afirmou que a Câmara deu os esclarecimentos necessários, na reunião de Câmara, aos Senhores Vereadores presentemente na Assembleia, explicou que tudo foi dentro da legalidade. Não havia, naquele momento, nada que garantisse que a empresa ia sair de Fafe, a não ser que os Deputados que fizeram as intervenções tivessem essa informação. Afirmou que o próprio não tinha, não era pública. Disse que a Câmara se envolveu bastante em encontrar alternativas para que a empresa permanecesse em Fafe e os socialistas estavam sempre preocupados com o emprego, nunca mandaram emigrar ninguém, estavam preocupados com o emprego, fosse em Fafe, fosse no país. Portanto, não aceitavam lições de moral, muito menos do Partido Social-Democrático.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que, antes de passar a palavra ao Presidente da Câmara, ia colocar à consideração da Assembleia um conjunto de votos, como era o hábito e que já foram distribuídos atempadamente por todos, já tiveram todos oportunidade de ler as propostas.

- **Voto de Louvor ao Clube Desportivo da CERCIFAF**, pela conquista de 24 medalhas nos Jogos ANDDI Portugal, pela conservação de 8 campeões nacionais de atletismo, pela conquista de uma medalha de bronze no Campeonato Mundial de Síndrome de Down, de 2026. O Partido Socialista propôs que se aprovasse um voto de louvor àquele clube, que se desse conhecimento do teor da presente liberação à direção da CERCIFAF e aos atletas distinguidos e determinar que a mesma fosse lavrada em ata e divulgada nos termos regimentais aplicáveis.

Colocada à votação, a **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**

- **Voto de Louvor a Nuno Teixeira e Daniel Oliveira, pelo contributo prestado à comunidade fafense na Suíça e pela organização do II Encontro Fafe na Suíça**, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar um voto de louvor aos senhores Nuno Teixeira e Daniel Oliveira pelo excecional trabalho desenvolvido na organização do 2º Encontro “Fafe na Suíça” e pelo seu contributo para a promoção da imagem de Fafe junto da comunidade emigrante e das instituições suíças. Reconhecer publicamente a importância da diáspora fafense na preservação dos laços culturais, sociais e afetivos com o concelho de Fafe. Dar conhecimento do teor da presente deliberação aos homenageados e determinar que a mesma fosse lavrada em ata.

Colocada à votação, a **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**

- **Voto de Louvor às empresas fafenses distinguidas com o estatuto do PME Líder 2025.** 62 empresas fafenses foram distinguidas com esse galardão, com esse estatuto. O Partido Socialista propôs aprovar um voto de louvor às 62 empresas do Conselho de FAFE distinguidas com o Estatuto de PME líder 2025, pelo IAPMEI, reconhecer publicamente o contributo das empresas para o desenvolvimento económico, a criação de emprego, a inovação e a valorização do tecido empresarial do concelho, dar conhecimento da presente deliberação às empresas distinguidas e determinar que a presente deliberação fosse lavrada em ata.



Colocada à votação, a **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**

- **Voto de Louvor à Sociedade de Recreio Capanense pelo seu centenário e pelo relevante contributo cultural, desportivo e social para o concelho de Fafe, com o seguinte teor:**

“O Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista, apresenta à Assembleia Municipal o presente voto de louvor, reconhecendo publicamente o percurso centenário da Sociedade Recreio Capanense e o seu inestimável contributo para o desenvolvimento cultural, desportivo, social de Cepães e do concelho de Fafe.

Fundada a 26 de maio de 1926, a Sociedade Recreio Capanense tem servido de forma ininterrupta à comunidade local ao longo de um século. Afirmando-se como uma das mais relevantes instituições associativas do concelho, a celebração do seu centenário constitui um marco de particular significado testemunhando vitalidade, a resiliência e a capacidade de adaptação de uma coletividade que soube atravessar diferentes épocas e conteúdos históricos, mantendo sempre vivos os valores que estiveram na origem da sua fundação.

Nascida da vontade, do espírito, da união e do grupo de cidadãos empenhados na criação de um espaço de convívio, cultura e prática desportiva, a Sociedade de Recreio Capanense acompanhou a evolução da comunidade que serve assumindo-se como um importante agente da dinamização local e como um exemplo maior de movimento associativo fafense.

Ao longo dos seus 100 anos de existência, a Sociedade de Recreio Capanense preservou a sua identidade e fortaleceu os laços de solidariedade entre os seus associados, promovendo uma ação contínua em benefício da comunidade. A sua atividade tem-se destacado desde logo pela promoção da prática desportiva em diversas modalidades, incentivando hábitos de vida saudável, o espírito de equipa e a participação de diferentes gerações, bem como dinamização de iniciativas culturais nas áreas do teatro, da música e do cinema pela valorização das artes tradicionais e populares, contribuindo para o enriquecimento da vida coletiva e para a apresentação de património cultural local.

A Sociedade de Recreio Capanense constituiu igualmente um espaço privilegiado de encontro intergeracional, fomentando o convívio, a participação cívica e o fortalecimento no sentido de pertença à comunidade. Ao longo de décadas, foi palco de celebrações, encontros e iniciativas, que contribuíram decisivamente para a coesão social da freguesia de Cepães e do concelho de Fafe e da região envolvente.

Importa ainda destacar o trabalho desenvolvido pelos sucessivos corpos sociais, dirigentes, associativos e voluntários que ao longo de gerações souberam honrar o legado dos fundadores e assegurar a continuidade desta instituição. Hoje, a Sociedade de Recreio Capanense é justamente reconhecida como uma entidade respeitada e acarinhada pela comunidade, constituindo-se também como uma importante parceira do município de Fafe na prossecução



dos objetivos de centralização cultural, promoção desportiva e dinamização sócio recreativa de proximidade.

O centenário da Sociedade de Recreio Cepanense representa, por isso, uma ocasião de celebração coletiva e de justo reconhecimento público por uma história exemplar de dedicação à comunidade, de promoção dos valores do associativismo e de contributo para o desenvolvimento humano, cultural e social do concelho de Fafe.

Nestes termos e em reconhecimento pelo mérito alcançado e pelo serviço prestado à comunidade ao longo de 100 anos, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere, aprovar um voto de louvor à Sociedade de Recreio de Cepanense pela celebração do seu centenário e pelo notável contributo cultural, desportivo e social para a freguesia de Cepães e do concelho de Fafe.

Dar conhecimento do teor da presente liberação à direção da Sociedade de Recreio Cepanense e determinar que a mesma seja elaborada em ata e divulgada nos termos regimentais aplicáveis.”

Colocada à votação, a ***Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.***

- **Voto de louvor ao Agrupamento de Escuteiros de S. Gens pelo seu 50º aniversário**, com o seguinte teor:

“No transato mês de março, o Agrupamento de Escuteiros S. Gens celebrou o seu 50º aniversário. Ao longo destas cinco décadas, esta instituição tem assumido um papel relevante na educação e formação de crianças e jovens, promovendo valores de cidadania, solidariedade, responsabilidade, respeito pelos próximos e serviço à comunidade. Desde a sua fundação prestam um inestimável contributo ao nível do desenvolvimento social, cultural e humano da freguesia de S. Gens e do concelho de Fafe.

Neste sentido, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere a aprovação de um voto de louvor ao Agrupamento de Escuteiros de S. Gens, felicitando pela comemoração do seu 50º aniversário e reconhecendo publicamente o seu exemplar percurso ao serviço da juventude e da comunidade. Mas se solicita que o voto de louvor seja transmitido à direção do agrupamento e registado em ata.”

Colocada a votação, a ***Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.***

- **Moção pelo combate ao racismo na sociedade e no desporto**, com o seguinte teor:

“A Constituição da República Portuguesa consagra no seu 13º artigo o princípio da igualdade, estipulando de forma inequívoca que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever, em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.



Há relatos recentes de alegados casos racistas no desporto amador em Fafe, embora tendo em conta que o desporto e o associativismo popular são espaços de liberdade, inclusão e convívio, cujos valores fundacionais são totalmente incompatíveis com manifestações de teor racista.

A atitude certa não pode ser a de desvalorizar insultos ou comportamentos discriminatórios em contexto desportivo ou social. Torna-se urgente e imperativo uma postura pró-ativa, pedagógica e contínua, convocando o envolvimento ativo de clubes, associações, federações e, muito particularmente, de toda a comunidade escolar.

O combate ao racismo e à xenofobia constitui um dever permanente que não admite complacência, desvalorização ou silêncio, exigindo das instituições democráticas e das autarquias locais uma intervenção determinada na defesa intransigente da dignidade humana. Nestes termos, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida hoje, manifesta a sua mais vilmente inequívoca condenação por todos os atos, insultos e manifestações de tiros racistas, xenófobos ou discriminatórios ocorridos na sociedade e, em particular, em contexto desportivo, reafirmando que o racismo não pode ser, sob pretexto algum, tolerado no concelho de Fafe. Para além disso, recomendo à Câmara Municipal de Fafe que:

- Promove em estreita articulação com o movimento associativo, os clubes desportivos, as associações locais e as entidades organizadoras de competições no concelho, ações e campanhas permanentes de consciencialização e sensibilização contra o racismo e a xenofobia no desporto;
- Que a Câmara desenvolva iniciativas pedagógicas, alargadas junto da sociedade civil e das direções dos agrupamentos de escolas de Fafe, incentivando o respeito pela dignidade de todos e a educação para a cidadania democrática e inclusiva."

Solicitou a palavra o **deputado Carlos Cunha, eleito pelo PS**, que começou por afirmar aquilo que devia unir toda a Assembleia em torno do tema em análise. Afirmou que o Partido Socialista condenava, de forma clara, firme e inequívoca, qualquer manifestação de racismo, xenofobia ou discriminação, mas também entendiam que quando discutiam essas matérias e matérias daquela natureza deviam fazê-lo com rigor, responsabilidade e sentido institucional. Disse que a moção apresentada recomendava à Câmara Municipal que promovesse ações de sensibilização, campanhas de consciencialização, iniciativas pedagógicas junto das escolas e do movimento associativo. Ora, importava esclarecer e dizer ao PCP que isso não era uma recomendação para o futuro, era uma realidade já do presente desta Câmara. A Câmara Municipal de Fafe desenvolvia, de forma continuada, ações de educação para a cidadania, iniciativas de sensibilização para os direitos humanos, projetos com agrupamentos de escolas, formação dirigida aos diferentes públicos e um trabalho permanente de proximidade com o associativismo para a inclusão, para a igualdade e para o respeito pela diferença. Disse que era assim que se combatia o racismo, não apenas com declarações de princípio, mas com políticas



públicas concretas, consistentes e permanentes. E isso incluía, também, o desporto onde devia existir tolerância zero, salientando: tolerância zero, perante qualquer forma de violência, discriminação ou assédio, viesse quem viesse. Por isso, não podiam aceitar a ideia, ainda que implícita, de que a Câmara Municipal precisava dessa recomendação para agir, porque não precisava. Já agia, já investia, já sensibilizava, já trabalhava diariamente com as escolas, com os clubes, com as associações, no sentido de construírem uma sociedade mais inclusiva e mais tolerante. Esse era um trabalho contínuo, por vezes discreto, longe dos holofotes, que produzia resultados duradouros porque o combate ao racismo fazia-se todos os dias, não só no desporto como na educação, na cultura, dentro de outras políticas públicas. Continuou dizendo que reconheciam o valor simbólico da moção apresentada, partilhavam integralmente o princípio de que ela defendia, mas não acompanhavam a ideia, de forma alguma, de que era necessário recomendar à Câmara, ao Executivo, o que ele já fazia de forma consciente e continuidade. Por essa razão, e porque entendiam que a moção acrescentava pouca ação concreta do município, o Grupo Municipal do Partido Socialista iria abster-se.

Solicitou a palavra o **deputado Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD** para fazer uma pequena observação, dizendo que os deputados do Partido Socialista fizeram alguma confusão em relação à intervenção do PSD. O PSD não se achava dotado de maior moralidade, simplesmente vinha para a Assembleia exercer a sua função que era fiscalizar, escrutinar o executivo. E o próprio pensava que, quando estava em causa a vida de 200 trabalhadores, como era o caso da Intélcia, em que eles se manifestaram, era perfeitamente legítimo aos deputados questionar o executivo se realmente estava a fazer tudo o que era possível para manter aqueles postos de trabalho. Não utilizavam este fórum para fazer propaganda política, para elogiar e enumerar medidas, utilizavam-no para o que ele servia, com as suas funções, que era supervisionar e escrutinar as ações do Executivo. E era para isso que ali estavam, não era para fazer publicidade, nem propaganda política. Em relação à moção, também não se achavam dotados de maior moralidade que qualquer um dos partidos que ali estava e, portanto, achava que a moção merecia o voto favorável do partido que representava porque nunca eram demais aquelas ações. Portanto, iam votar a favor da moção.

Por fim, usou da palavra o **deputado Carlos Machado, eleito pelo CHEGA**, para, relativamente à moção apresentada pelo PCP, dizer que já existia por todo o país e em todas as escolas a preocupação de fazer, em todos os ciclos, iniciativas pedagógicas relativas ao racismo e à não discriminação, pelo que a recomendação quanto a esse assunto era redundante. Disse ainda, que não tinham conhecimento dos detalhes dos factos relatados na moção, se eram ou não verdade e o PCP também não conseguia concretizar na sua moção explicitamente o que se teria passado. De todo o modo e mesmo que esses alegados casos efetivamente tenham ocorrido, acreditavam ser em casos isolados e não caracterizavam a população fafense que era



uma população iminentemente plural, inclusiva. Fafe não era racista e Portugal também não, pelo que se iriam abster.

Colocada à votação, a ***Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 votos a favor e 42 abstenções, aprovar.***

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

Pelo **Presidente da Câmara** foram prestados os seguintes esclarecimentos:

- Agradeceu a intervenção do João Alberto Pereira pelas referências que fez ao legado que tinham nos desportos motorizados e no impacto que eles tinham no desenvolvimento turístico do concelho de Fafe;

- Quanto ao deputado Rui Flórido, cria que já lhe foi entregue, portanto tinha efetivamente despachado no sentido de lhe ser fornecido, pedindo desculpa pelo atraso;

- As questões que o deputado Vasco Lopes lhes colocava, a primeira referente às Águas de Fafe era um caso difícil, dizendo que se fosse de férias e deixasse as luzes ligadas, aumentar-lhe-ia a conta da eletricidade, pelo que não sabia se ia pedir à E-Redes ou à EDP o desconto. De qualquer das formas, explicou que as perdas que combatiam diariamente, as Águas do Norte faturavam às Águas de Fafe, independentemente da causa da fuga e de conseguirem detetar ou não conseguir detetar. As fugas, próprias da canalização ou dos clientes, as Águas de Fafe contabilizam e pagam na sua totalidade às Águas do Norte. E tinham de acomodar esse prejuízo nas suas contas, de qualquer das formas, não deixaria de colocar, enquanto membro e a presidir à Administração das Águas de Fafe, a questão e depois ser-lhe-ia respondido;

- Relativamente às obras do PRR, disse que estavam preocupados com o aproximar do 31 de agosto, aparentemente era a data que o Governo tinha anunciado como data-limite para que as obras que estivessem incluídas.

Informou que em Fafe, existiam três obras que estavam com essa pressão. A Alvorada, não havia motivo nenhum para que não se cumprisse, aliás, até era possível antecipar, prolongaram na última reunião de Câmara o prazo até 28 de agosto, mas não havia qualquer dificuldade que se vislumbresse relativamente à conclusão daquela obra do PRR e, portanto, tinham assegurado o financiamento na sua totalidade. Outra era a Loja do Cidadão, informando que ainda naquela manhã também tinha estado numa reunião com o empreiteiro, dizendo que era para estar terminada no mês de junho e terminaria durante o mês de julho. Disse que estava prevista a sua abertura no dia 22 ou 27, poderia abrir uma semana depois, mas a 27 de julho, portanto seria uma segunda-feira, ou primeira segunda-feira de agosto a loja estaria aberta, portanto havia tempo ainda de que os serviços pudessem para lá ser todos deslocalizados.



Existia e estava uma reunião marcada para a quinta-feira da semana que se seguia, tinham feito várias e havia alguma preocupação em torno do Centro de Saúde pela dimensão da obra, naturalmente que a sua expectativa era que a obra estivesse num estado de evolução e o Governo tinha definido cerca de 85% dessas obras para elas fossem concluídas e, portanto, podia haver trabalhos a decorrer se a obra tivesse essa maturidade. Portanto, cria que poderiam estar ali na obra do Centro de Saúde dentro desse limite. Explicou que ela teve um atraso de seis meses que era conhecido por todos, e, portanto, de lá até ao presente foi a tentativa de vencer essa dificuldade. Disse que foram criando condições à empresa, até pela deslocalização dos serviços, ainda a visitou naquela semana e acreditava que, durante a semana seguinte, do ponto de vista dos arranjos exteriores, sofreria um grande impacto, por dentro estava relativamente adiantada, pelo que estava em crer que a empresa tinha acautelado todas as aquisições porque outro dos problemas que depois se punha era o fornecimento dos materiais. Portanto, acreditava que isso estaria tudo acautelado, à data daquele dia da sessão da Assembleia, relativamente àquelas três obras, não antevia que houvesse uma dificuldade de maior, mas tinha participado em reuniões da Associação Nacional de Municípios e tinha bem presente e tinha bem consciência das dificuldades que vários Presidentes de Câmara tinham, até com o Tribunal de Contas e os Fundos a exigir já devolução de dinheiro. Afirmou que o Governo os tinha tranquilizado, não sabia como ia fazer, dizendo que haveria formas de depois encontrar outras fontes de financiamento para que nenhuma obra deixasse de se concluir e, acreditavam que o Governo estava nisso de boa-fé, mas enquanto isso não acontecia, não tinham plano B. Portanto, era a tentativa de forçar a que todos cumprissem os prazos.

Afirmou que as outras obras eram do 2030, quer o Parque de Estacionamento, quer a Feira Velha e Praça Florêncio Soares, portanto não estavam com essa pressão. Tinham, também, pressão sobre a execução do 2030, portanto também estavam aí com essa necessidade de atingir as metas, mas tinham aí mais alguma folga. Aproveitou para dizer que, relativamente ao Parque de Estacionamento de Sá, prolongaram mais 45 dias, portanto era provável que durante o mês de agosto ela ficasse finalizada. Informou que a obra da Praça Florêncio Soares teve um abrandamento, qualquer das formas, acautelariam para que a Rua Maximino de Matos, que era a via em frente à igreja, para que a procissão pudesse ocorrer;

- Sobre a proteção civil e os alertas que lhes fez sobre aquilo que também tinha sido uma preocupação do novo ministro da administração interna, portanto tudo apontava para que viesse aí um verão com condições atmosféricas muito adversas. Disse que tinham feito aquilo que era possível e que lhes competia fazer, portanto as faixas de combustível da responsabilidade do município durante a semana seguinte ficavam todas concluídas. O relato e o registo que tinham era relativamente à limpeza dos concidadãos fátenses, também tem



corrido bem, portanto algumas delas, se não se fizerem, a Câmara depois também ainda acionava os meios. Disse que estava na informação municipal, recuperaram os pontos de água, com o investimento ainda avultado. Recuperaram a placa do Heliporto, o helicóptero veio a tempo. Já fizeram uma reunião da subcomissão para articularem todos os meios, com a presença dos bombeiros e das unidades locais de proteção civil, do ICNF, todas essas entidades até com as forças policiais. Disse que tinham um problema no concelho, com muitas ignições, e que os deixavam mal no retrato e tinham andado a tentar por todos os meios uma sensibilização para que as pessoas, por negligência, não acontecessem os incêndios, mas de facto havia uma tradição de queimas e queimadas que tinha provocado alguns incêndios, alguns involuntários, e depois também havia algumas situações de alguns incêndios que requeriam que as forças policiais atuassem e tinha havido essa preocupação também no concelho de Fafe. Disse que esse era um combate que dizia respeito a todos, esperavam, apesar das muitas ignições que havia, ter menos área ardida, mas não lamentavam perdas nem de bens nem de pessoas, mas havia prejuízos para o património natural e naturalmente, queriam evitar isso, confirmando que tinham essa preocupação;

- Relativamente ao deputado Diogo Silva, pelas questões todas que levantou e que lhe competia levantar e, portanto, disse-lhe que, da sua parte, se cometiam alguma irregularidade era por inabilidade, afirmando que eram todas pessoas de bem e que pautavam a sua atuação por esse princípio. Disse que, quando havia ajustes diretos eram sempre os serviços jurídicos e técnicos a fazerem esse aconselhamento e, portanto, tudo tinha uma explicação razoável e lógica e facultar-lhe-iam o acesso a tudo. Disse que até agradecia que, se eventualmente alguma coisa não estivesse a correr bem falassem, para poderem emendar.

Acrescentou que o vereador tinha a responsabilidade do desenvolvimento económico e uma das suas missões era a diplomacia económica, portanto, no estrangeiro, em Portugal, na Ásia, na China, onde houvesse a possibilidade e a pertinência de poder fazer diligências, essas coisas todas e aprender também. Afirmou que a viagem à Ásia não teve qualquer custo para o município, e a ida à Suíça teve. Explicou que ia o próprio, a Senhora Vereadora e ia um assessor. A Senhora Vereadora ia porque tinha a responsabilidade da diáspora e o assessor ia porque era ele quem lhes tratava de quase tudo e, portanto, iam apenas três pessoas. E tinham ido, até com algum sacrifício pessoal, dizendo que as idas não eram passeios e tinham coincidido até com as agendas do Município. Mencionou que no 25 de Abril tiveram a sessão de manhã e foi lá só para não desagradar aos emigrantes fafenses que valorizavam muito as suas presenças e, informou que a última viagem que fizeram à Suíça não tinha apenas um programa cultural de contacto com os emigrantes, tinha de facto também um contacto quer com as entidades locais que os emigrantes também faziam questão de manter esse bom relacionamento e havendo



também uma aprendizagem na visita às empresas e tinham feito isso, portanto, não era apenas passeio.

Quanto à contratação pública dos alojamentos, explicou que aquilo que se passava e os serviços de contratação pública lhe davam conta, era que o município lançava ajustes diretos para o alojamento, por vezes lançavam procedimentos de consulta prévia, mesmo estando dentro dos limites do ajuste direto, quando algumas das entidades a convidar, às vezes tinham os limites trienais. No caso da hotelaria, deve ter sido isso que tinha acontecido, mas era para alojamento de artistas ou por causa dos eventos culturais, desportivos;

- Quanto à manutenção dos jardins, explicou que já havia um procedimento em concurso para contratar jardineiros que pudessem assegurar aquele serviço. Esperava que corresse bem porque de resto não havia da sua parte nenhuma objeção para quem durante tantos anos andou a prestar um bom serviço na manutenção dos jardins no concelho, mas iam assumi-lo e portanto, não haveria novo procedimento para a contratação daquele serviço.

- Pediu ao deputado Alexandre Leite para que, se pudesse, deixasse aos serviços indicação da rua que precisava de asfalto;

- Quanto ao Jardim Montelongo mencionou que era uma instituição de solidariedade social como tantas outras, nem era privilegiada, nem prejudicada;

- Informou que o projeto que estavam a desenvolver para a fábrica de ferro não se circunscrevia apenas à rua que dava acesso à fábrica de ferro, pois tinha interligação com as outras ruas envolventes e, portanto, necessitavam mesmo, ao nível das infraestruturas, saneamento, águas pluviais, etc. fazer um estudo mais alargado e depois, eventualmente, fazerem a intervenção. Disse que essas questões do trânsito, do ordenamento, até por ter lá a fábrica, o trânsito de pesados, etc., tinha merecido da parte dos serviços técnicos uma atenção para depois, naturalmente, antes de lançarem o concurso, divulgarem o projeto e se houvesse contributos, e não estava a dizer que iam fazer uma consulta pública que não fariam, mas estavam disponíveis para que a Assembleia pudesse dar, se entendesse, os contributos que entendesse necessários e com tempo fariam essa divulgação;

- Afirmou que, aquando da instalação do Mercadona, era verdade que a Câmara tinha exigido como uma das contrapartidas para a sua instalação, sensibilizou pois não podia obrigar a empresa a poderem fazer os passeios em direção a Quinchães, para Docim. E era verdade que essas questões junto do IMT, do IP, as aprovações dos projetos eram coisas demoradas, a determinada altura negociaram com a empresa para lhes permitir a abertura porque estava o edifício pronto que a Câmara assumia a posição de fazer os passeios, naturalmente que ficou a caução do Mercadona, para que a Câmara pudesse lançar a empreitada. Disse que ainda há 15 dias, estiveram reunidos com a nova direção, ou com quem superentendia agora no IP, no sentido de poderem fazer a aprovação do projeto para poderem lançar a obra. Portanto,



durante o ano 2027, veria a obra inscrita em orçamento e seria suportada na íntegra pelo valor da caução que ficaram;

- Quanto à questão da Intélcia, que também levantou, disse que recebeu, três dias ou quatro dias antes, os sindicatos quando lhe pediram, informando que só teve solicitação escrita de um sindicato e recebeu-o. Disse que não tinha a informação que a equipe lhe deu, recebeu-os, dos trabalhadores, nunca lhe solicitaram nenhuma reunião. E, portanto, se não os tinha recebido e quando fizeram a manifestação, se lhe tivessem pedido para estar, os recebia na Câmara sem dificuldade nenhuma. Disse que não tinha dificuldade nenhuma em reunir com os trabalhadores e de lhes explicar os motivos e as razões pelas quais tomaram aquela decisão e, portanto, respondia à deputada Carmo Sampaio que trouxe o assunto, dizendo que já respondeu com franqueza e com frontalidade à questão em apreço. Mencionou que entendia que os apoios eram concedidos e tinham um horizonte temporal, não era *"Ad aeternum"*. Afirmou que a Câmara fez bem para fixar empresa, em fazer o investimento que fez, foi um contrato que tinha contrapartidas, tinha 5 anos como horizonte e ninguém quis que tivesse 10, nem 15, nem 20, eram 5 anos, pelo que a Câmara cumpriu na íntegra e a empresa não cumpriu. Disse que não sabia sequer se a empresa havia umas contrapartidas em termos de número de trabalhadores, pelo que quando se fazia um contrato daquela natureza, havia reciprocidade em termos do cumprimento das contrapartidas que ficaram e, mesmo assim, a empresa resolveu alienar a sua posição e a Câmara, mesmo assim, aceitou e manteve durante mais 5 anos. Portanto, aquela empresa, e não se passava com nenhuma outra no concelho, beneficiou de um apoio durante 10 anos. A empresa tinha dito, por escrito, à comunicação social que manteria os postos de trabalho. E, portanto, foi nessa premissa e nessas condições, era verdade que a Câmara dialogou e a empresa não podia vir ali dizer outra coisa que não fosse uma relação de profunda transparência que a Câmara teve e se o dissesse, tinha de ser à sua frente para poder confrontar. Naturalmente, aquilo que era uma imposição não se localizar aqui nem acolá, mas apontavam, daquilo que era do seu conhecimento e da disponibilidade que conheciam do mercado, apontavam soluções e a empresa avaliou-as e tinha conhecimento que privados também foram oferecer instalações. Naturalmente havia ali, para ela e para todas as empresas do concelho, uma necessidade, um investimento que lhe competia e não competia aos dinheiros públicos. Acreditava que a senhora deputada estaria de acordo com isso;

- Sobre a questão da regionalização, tomou nota;

- Relativamente às vitelhinhas estavam de boa saúde, afirmando que tinham um problema no concelho de Fafe e em outros concelhos e, brevemente, teriam uma solução em definitivo para resolverem aquela questão de uma vez por todas. Mencionou que o desenho do concelho não estava preparado para os corredores e a convivência entre ciclistas e veículos, mas mesmo



assim, saberiam tirar proveito de um projeto que herdaram e que queriam adaptá-lo às circunstâncias de Fafe;

- Por fim, agradeceu à Dulce Vieira as referências que fez aos apoios sociais que concediam.

Entrou-se no período de **ORDEM DO DIA**.

Ponto um - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

Solicitou a palavra o **deputado Rui Flório Costa, eleito pelo CDS**, para dizer que a questão que foi falada de que o Partido Socialista, e dito pelo Carlos Cunha, não mandava emigrar ninguém, disse que não sabia de onde surgiu esse mito, mas o Partido Socialista pelo menos tinha o condão de criar as condições para que as pessoas emigrassem porque quando foi dito e aconteceu, estavam numa bancarrota e, fazendo paralelismo com a atividade municipal, dizer que era quase que uma Intélcia, não era. Mencionou que também não acreditava que a Câmara ou o Partido Socialista tivesse mandado alguém embora, alguma empresa embora, criavam as condições, tal como na altura, para que a empresa pusesse em causa fosse embora. Relativamente à Suíça, também falada pela Iniciativa Liberal, tinha de dizer uma palavra porque o próprio esteve na Suíça e não foi pago pela Câmara Municipal, foi pago por si. Afirmou que era uma viagem que não era cara, mas também muito se admirava que o CDS nunca viesse intervir numa situação em que defendia o miserabilismo ou que desconfiasse de tudo como outros partidos. Falava quando tinha factos e quando entendia que existiam factos. Disse que, não se substituindo ao Partido Socialista, considerou muito importante a presença de Fafe na Suíça, Mencionando que esteve lá pela primeira vez, esteve com outras funções, esteve em representação da Confraria da Vitela Assada à Moda de Fafe e viu a importância que existia em estar Fafe na Suíça, mas que não restavam dúvidas, foi pago por si, não foi pago pela Câmara, portanto esteve lá porque quis e viu a importância e, também, era preciso ser justo e fazer a defesa que era estar a Câmara na Suíça estar junto das comunidades fafenses.

Continuando na atividade municipal, disse apenas que a informação escrita do Presidente da Câmara pretendia transmitir, como tinha sido o hábito, uma imagem de um concelho de pleno dinamismo, cheio de obras, projetos e investimentos. Infelizmente, quando passavam da propaganda para os números, a realidade era bastante diferente. Disse que o exemplo mais evidente era a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, já falado e até já respondido pelo Senhor Presidente, mas também ia ser muito rápido relativamente à possibilidade de cumprimento dos prazos. Mencionou que durante meses ouviram o Executivo anunciar que o PRR representava uma oportunidade única para a Fafe. Mas naquela data continuavam a encontrar praticamente todos os grandes investimentos na mesma situação e ainda tudo em execução. Era o Conjunto Habitacional de Alvorada, a Unidade de Saúde, já falado, o Programa de Acessibilidades 360, e a questão que os fafenses colocavam, e já foi ali respondida, mas



tinha que, politicamente, voltar a colocar, era se ia ser cumprido o prazo para receberem os fundos que estavam previstos.

Relativamente a outro ponto e último que gostaria de referir era sobre os números que foram apresentados, que revelavam o problema de sempre que vinham ali dizendo. O grau de execução da despesa de capital ficava pouco acima dos 21%, isso significava que quase 80% do investimento previsto para o concelho simplesmente não foi executado. E estavam a falar de milhões de euros que estavam destinados a melhorar infraestruturas, equipamentos e a qualidade de vida dos fafenses que ficaram no orçamento, não chegaram ao terreno. Também o plano de atividades apresentava uma execução reduzida, demonstrando que o Executivo anunciava muito mais do que aquilo que conseguia concretizar. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, afirmou que o problema de Fafe não era a falta de dinheiro, pois os números demonstravam isso, o problema era a falta de capacidade para transformar os recursos em obras, serviços e respostas concretas para as pessoas. Terminou dizendo que o CDS continuaria a agir numa gestão mais eficiente, mais transparente e mais focada naquilo que realmente interessava aos fafenses, porque governar não era apenas apresentar intenções, governar era executar.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2 – Apreciação e votação do Relatório consolidado, demonstrações orçamentais consolidadas e demonstrações financeiras consolidadas relativos ao exercício de 2025;

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a lei determinava que o grupo autárquico fosse constituído pelo município enquanto entidade consolidante e pelas entidades por si controladas. E, no caso do Município de Fafe; a única entidade que era incluída nessa questão da consolidação era a Empresa Municipal Águas de Fafe que era tida a 100% com dinheiros públicos. Disse que mantinha tudo o que disse relativamente às contas de 2025, apresentadas no passado mês de abril, e as contas das Águas de Fafe sendo também positivas, não tinham um impacto negativo e nem tinha grande alterações nas contas consolidadas. Aprazia-lhe registar que, depois de quatro anos de atividade completa, a solidez das Águas de Fafe e a forma como ela tinha sido gerida que, não só pela garantia da qualidade da água, pela eficiência demonstrada em termos de redução de perdas, água segura, fez um apelo ao investimento feito e que a Câmara ia fazer que estavam ali com uma cobertura na ordem dos 91,83%, mas em termos de adesão da população de Fafe, por questões também de saúde, situavam-se nos 67%. Portanto, havia um esforço grande no sentido de poderem fazer com que a população, por questões de saúde e não de outra natureza, pudesse aderir ao fornecimento de água pelas Águas de Fafe, de facto pela garantia de qualidade que ela prestava para as questões da segurança e da saúde.



Solicitou a palavra a **deputada independente Mercedes Pardo**, para dizer que, após analisar o relatório e as contas individuais e o relatório de contas consolidadas de 2025, gostaria de fazer uma intervenção assente exclusivamente na análise técnica desses documentos. Disse que, em primeiro lugar, importava reconhecer os aspetos positivos, dizendo que o município apresentava uma situação financeira globalmente sólida, mantinha uma elevada autonomia financeira, um nível de endividamento reduzido e uma capacidade significativa de investimento, e esses resultados mereciam ser reconhecidos. Reconheceu, igualmente, que foi resolvida uma das reservas constantes da certificação legal de contas do exercício anterior, relacionada com a inventariação dos bens móveis, o que demonstrava a evolução e trabalho desenvolvido pelos serviços municipais. Contudo, existiam matérias que considerava merecedoras de esclarecimento: a primeira prendia-se com o fato de que a certificação legal de contas continuava a apresentar uma opinião com reservas. Mencionou que, segundo o Revisor Oficial de Contas, continuava por concluir a inventariação e a valorização dos bens do domínio público municipal, não sendo possível validar integralmente o património apresentado nas demonstrações financeiras. Assim, perguntou para quando previa o Executivo concluir definitivamente esse processo e apresentar contas certificadas sem reservas.

Em segundo lugar, disse que o relatório referia a necessidade de se proceder a uma correção contabilística superior a um milhão de euros, relacionada com a parametrização das depreciações das infraestruturas do sistema de abastecimento de água. Pelo que gostaria de saber como foi possível que essa situação apenas fosse identificada naquele momento e que medidas de controlo interno foram implementadas para evitar que situações semelhantes se repetissem.

Em terceiro lugar, afirmou que verificaram que os rendimentos aumentaram em 2025, contudo, verificaram igualmente que os gastos cresceram a um ritmo superior e que o resultado líquido consolidado diminuiu de forma significativa relativamente ao exercício anterior. Assim, questionou o Executivo se considerava que essa evolução resultava apenas do aumento do investimento ou se identificava fatores que podiam vir a condicionar os resultados futuros do município.

Uma quarta questão prendia-se com a liquidez, dizendo que embora os indicadores continuassem positivos, resistiam a uma redução significativa face ao ano anterior, pelo que gostaria de perceber se essa redução na liquidez resultava exclusivamente da execução do investimento ou se existiam outros fatores que explicassem essa evolução da tesouraria municipal.

Por último, referiu que o relatório evidenciava um aumento expressivo dos diferimentos associados a projetos participados ainda em execução. Perguntou qual era naquela data o grau de execução desses investimentos e se existia algum risco de atraso ou de perda de



financiamento. Mencionou que parte delas já foi orientada há momentos atrás, na resposta do Senhor Presidente, uma boa gestão pública não se media apenas pelo volume de investimento realizado, nem pelos resultados financeiros obtidos, media-se também pela qualidade da informação financeira, pela robustez do controlo interno, pela correta valorização do património público e pela confiança que as demonstrações financeiras transmitiam aos cidadãos. Disse que era precisamente nesse sentido que colocou essas questões, esperando que pudessem contribuir para reforçar a transparência, o rigor e a qualidade da gestão municipal. Disse que o seu objetivo não era demonstrar que o município tinha uma situação financeira frágil porque os relatórios mostravam precisamente o contrário. Afirmou que o que pretendia era perceber se um município financeiramente sólido não devia também aspirar a apresentar demonstrações financeiras integralmente fiáveis, transparentes e certificadas sem reservas. Acreditava que essa era uma expectativa legítima de todos os municípios.

De seguida, usou da palavra **deputada Rute Mendes, eleito pelo CHEGA**, para dizer que o Grupo Municipal do Chega analisou o relatório consolidado com a preocupação e seriedade que se exigia. Mencionou que não podiam aprovar sem reservas um documento onde o próprio auditor externo era forçado a emitir uma opinião com reservas, pelo que questionou como podia o Município de Fafe garantir uma gestão rigorosa sem inventariar adequadamente nem avaliar com fiabilidade o seu próprio património público. Disse que a falta de transparência na valorização de efetivos era inaceitável em 2026 enquanto o Executivo não apresentasse um cadastro patrimonial rigoroso que respeitasse o horário público e a transparência que os fafenses exigiam, pelo que o Chega não daria o seu voto favorável. Disse que não iam inviabilizar o documento, mas tinham forçosamente de deixar essa nota que consideravam da maior pertinência.

De seguida foi dada a palavra pelo **deputado Rui Flório Costa, eleito pelo CDS**, que começou por mencionar que parte daquilo que pretendia dizer já foi dito pela deputada Mercedes Pardo, pelo menos dois pontos, que era mais ou menos o que ia dizer e era com agrado que via outros grupos a virem à Assembleia Municipal reafirmar aquilo que o CDS já dizia há muito. Uma das questões tinha a ver com as reservas que tinham sido postas nos documentos pelos revisores oficiais de contas. Referiu que ainda não tinha tido a oportunidade de estudar a carta dos revisores que foi distribuída, precisamente a pedido do CDS, mas oportunamente estudaria e também falaria. Disse que de qualquer das formas, não se compreendia que o património ainda estivesse por inventariar porque, manifestamente, tornava as contas não muito exatas ou transparentes. Relativamente ao segundo ponto, que também já tinha sido referido, relativamente aos resultados transitados de cerca de 1,06 milhões de euros referentes às depreciações do sistema de abastecimento de água que foram corrigidos, disse que estavam a falar de um ajustamento superior a 1 milhão de euros, independentemente da sua natureza



técnica, esse valor e as explicações que acrescentaram em resposta às intervenções que foram já precedentes da sua, questionou como é que aquilo aconteceu, durante quanto tempo passou despercebido, que mecanismos de controlo falharam e eram questões muito concretas que já fez noutras alturas, mas ainda não tinham sido respondidas, e sobretudo que garantias existiam de que não existiam outras situações semelhantes. Terminou dizendo que eram aquelas as únicas questões que queria deixar.

Posteriormente, usou da palavra o **deputado Carlos Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que mais do que um exercício contabilístico, o documento permitia-lhes avaliar a forma como foram geridos os recursos públicos e perceber se o município estava preparado para responder a desafios do presente e do futuro. E a resposta que as contas lhes davam era clara, um grupo municipal financeiramente sólido, com contas equilibradas, um património reforçado e capacidade para continuar a investir no desenvolvimento do concelho de Fafe. Disse que os números que ia elencar não eram nem propaganda, nem publicidade, eram os que estavam no relatório e que foram distribuídos por toda a Assembleia. Referiu que o ativo consolidado ascendia a cerca de 169,6 milhões de euros, registando um crescimento de 13,1 milhões de euros face ao exercício anterior, o que representava um aumento de 8,4%. Mas, mais importante do que o crescimento absoluto, era preciso compreender a sua composição, dizendo que cerca de 88% do ativo consolidado correspondia a ativo não corrente, essencialmente investimento materializado em infraestruturas, equipamentos e património municipal colocado à disposição dos fafenses. Afirmou que isso significava que estavam perante um município que continuava a transformar recursos financeiros em ativos ao serviço da comunidade e ainda mais expressivo era o crescimento dos ativos fixos tangíveis, que passaram de 125,3 milhões de euros para 145 milhões de euros, um aumento de quase 20 milhões de euros num único exercício, mencionando que esse indicador traduzia algo muito concreto: investimento. Investimento em equipamentos, em requalificações, em infraestruturas, em projetos que contribuíam para a mobilização do território e para a melhoria da qualidade de vida dos fafenses. E, ao mesmo tempo, o património líquido consolidado atingia os 148,2 milhões de euros, referindo que se tratava de um indicador de enorme relevância porque demonstrava que cerca de 80% do ativo era financiado por capitais próprios, evidenciando uma elevada autonomia financeira e uma reduzida dependência de financiamento externo, o que permitia autonomia à Câmara. Afirmou que num contexto em que tantas entidades públicas enfrentavam constrangimentos financeiros, era um sinal inequívoco de estabilidade e de sustentabilidade. Importava ainda destacar que o exercício de 2025 encerrou com resultado líquido positivo de 2,58 milhões de euros, pelo que os números demonstravam por isso uma realidade que importava sublinhar, o município continuava a investir, continuava a reforçar o seu património, continuava a apresentar resultados positivos.



Também ao nível da liquidez, os indicadores eram esclarecedores, doze milhões de euros em caixa e depósitos, assegurando capacidade para responder aos seus compromissos e para continuar a concretizar os investimentos previstos nos anos seguintes. Da mesma forma, importava destacar que o passivo consolidado se situava em cerca de 21,3 milhões de euros, valor que devia ser analisado à luz do património líquido existente, e disse isso de uma forma muito clara para que todos entendessem, por cada euro de passivo, o município dispunha de aproximadamente 7 euros de capital próprio. Afirmou que aquela era uma relação que demonstrava equilíbrio financeiro, robustez patrimonial e uma gestão rigorosa do endividamento. Disse que a política se media, acima de tudo, pela capacidade de transformar recursos em resultados e era precisamente isso que as contas demonstravam sem propaganda e sem publicidade. Referiu que encontravam um município que continuava a investir sem comprometer o futuro, encontravam um município que mantinha a confiança dos seus cidadãos porque apresentava resultados concretos, mensuráveis e verificáveis. Era essa leitura que o Partido Socialista fazia das contas, uma leitura assente nos factos, nos números e nos resultados alcançados, não em discursos ou percepções. Afirmou que Fafe era naquele momento um concelho financeiramente mais forte, mais preparado e com maior capacidade para construir um futuro coletivo. Era por isso que o Partido Socialista votaria favoravelmente as contas consolidadas de 2025.

Por fim, usou da palavra o **deputado Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD**, para dizer que ficou com a sensação de que ainda estavam em campanha eleitoral. Gostaria, de qualquer forma, secundar o que os seus colegas já ali disseram sobre o ponto em análise. Disse que o PSD registou que o município continuava a apresentar resultados positivos e uma situação financeira globalmente estável o que era importante e devia ser reconhecido. Mas, também, tinham o dever de chamar a atenção dos sinais de alerta que as contas revelavam, desde logo, o resultado líquido do município tinha caído de 3,3 milhões para 2,6 milhões, uma redução superior a 22%. Ao mesmo tempo, a tesouraria diminuiu cerca de 4 milhões de euros, passou de aproximadamente 6 milhões para 12 milhões, ou seja, o município continuava sólido, mas tinha menos margem financeira do que tinham há um ano. Disse que ainda havia um aspeto que os preocupava particularmente, visto que aquela reserva já tinha imensos anos, desde que era deputado se lembrava dessa reserva, as contas continuavam a ser certificadas com aquelas reservas. Disse que o revisor oficial de contas afirmava que continuava, sem ser possível, valorizar corretamente uma parte significativa do património municipal, não conseguindo sequer quantificar o impacto dessa situação nas contas. Portanto, a pergunta que fazia era quando é que o município previa regularizar o património municipal e, finalmente, apresentar as contas certificadas sem qualquer tipo de reserva.



Por fim foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por agradecer as intervenções e que, como fizeram comunicações escritas, faria chegar, para as questões mais técnicas, aos serviços, a quem pedia que tomassem nota e que fizessem chegar aos serviços técnicos responsáveis para elaboração do documento, que pudessem prestar também alguns esclarecimentos que eram de facto mais técnicos, pelo que não estava habilitado a fornecê-los. Das intervenções todas que foram feitas, procedeu à leitura daquilo que vinha na certificação que lhes foi remetida: *“As demonstrações financeiras consolidadas, anexas neste documento, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do município em 31 dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, estão de acordo com o sistema de normalização contabilística para a administração pública”*. Depois, também dizia *“A completa inventariação e correta valorização dos bens imóveis pertencentes ao domínio público, à presente data, encontra-se aprovada pelo órgão executivo à dedicação de serviços de consultoria em gestão e avaliação patrimonial dos bens do domínio público, tendo sido já celebrado o correspondente contrato de aquisição de serviços”*.

Portanto, disse que, na sua perspetiva, era previsível que durante o corrente ano, porventura durante o ano seguinte, porque isso não era uma tarefa de todo fácil e por isso a Câmara teve necessidade de socorrer de serviços externos, portanto a reserva, para contento de todos, estaria em vias de ser completamente sanada.

Não havendo mais intervenções, **a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 abstenções (PPD/PSD, CHEGA, IL, CDS e PCP/PEV), aprovar.**

3 – Apreciação e votação do relatório de execução final do contrato de delegação de competências na limpeza e manutenção e espaços exteriores da Urbanização da Cumieira, de junho de 2025 a maio de 2026;

Solicitou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que em relação ao sindicato, foi o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual que era o maior sindicato dos trabalhadores de telecomunicações do país que disse ter enviado uma carta registada e que não tinha obtido resposta. Não estava a dizer que o Presidente da Câmara não tinha reunido, se calhar, com outro sindicato, ou que houvesse alguma confusão, se pudesse esclarecer com que sindicato reuniu. Relativamente ao ponto em análise, disse que a Câmara, no documento que remeteu à Assembleia Municipal, designava o documento apresentado pela Junta da Freguesia de Fafe de Relatório de Execução, aprovando, quando a própria Junta designava de descritivo de trabalhos executados de cada fatura. Disse que o contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre a Câmara e a Junta da Freguesia impunha que fosse remetido pela Junta um relatório de execução final no contrato e não um descritivo, mas para a Câmara, como já viram por diversas vezes, as



cláusulas dos contratos eram letra morta e tanto fazia que “fossem assim como assado”. E o mesmo se podia dizer relativamente à Junta da Freguesia, que remetia para a apreciação o que lhe apetecia, pois sabia que “para quem era bacalhau bastava”. Afirmou que, para o PCP, o que constava do contrato tinha de ser cumprido e não era por um capricho deles, pois o que estava no contrato e o que estava na lei tinha de ser cumprido. Disse que se assim não fosse, cada um fazia o que lhe apetecia e à partida não devia ser assim. Afirmou que o tal descritivo enviado pela Junta era monótono, repetitivo e eventualmente nem era verdadeiro.

Afirmou que todos sabiam que a manutenção dos espaços verdes era diferente no verão e no inverno. Disse que a Junta de Freguesia, no descritivo, referia aplicação mensal de produtos de bicho em todo o espaço relevado, a remoção de troncos de árvores, até porque dado o reduzido número de árvores, remover tantos troncos, já nem árvores haveria, a remoção de ervas daninhas e pasmassem-se, por exemplo, indicava que em dezembro, janeiro e fevereiro eram efetuados dois cortes e aparação de relva por mês, num período em que a vegetação estava em repouso e não crescia ao ritmo dos meses mais quentes. Mencionou que tudo isso era claramente uma invenção até para quem nada percebia de jardinagem sabia que não era assim que se fazia e a junta de freguesia, além de não remeter o relatório a que estava obrigada, continuava a gozar com a Assembleia e remetia informação que não lhes parecia ser verdadeira, nem corresponder à realidade. Disse que a Junta da Freguesia de Fafe era useira e vezeira em não prestar as informações nos termos e nos moldes em que estava obrigada, demonstrando um desrespeito pelas demais instituições e nessa atitude tinha a cumplicidade da Câmara que aceitava e votava favoravelmente, no caso em apreço a Câmara que votava favoravelmente um documento que não era o exigido por lei e trazia informação que não correspondia à realidade do que se passava. Perante tudo e porque não eram coniventes com essas situações, votariam contra aquele descritivo de trabalhos executados de cada fatura.

Colocado à votação, **a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV) e 11 abstenções (PPD/PSD, CHEGA, IL e CDS), aprovar.**

4 – Apreciação e votação da proposta de celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências para conservação e manutenção do Bairro da Cumieira entre o Município de Fafe e a Junta de Freguesia de Fafe;

Solicitou a palavra o deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV, para dizer que a renovação do contrato era a sequência do contrato anterior com as críticas que lhe fizeram e por isso eram velhas questões que regressavam outra vez. Na proposta de celebração apresentada, referia-se a estudos multidisciplinares que ninguém conhecia e que duvidavam muito que alguma vez tivessem sido feitos, apesar de ser uma imposição legal. Falava-se de uma série de princípios tais como maior proximidade, defesa do interesse da população, melhor gestão dos recursos, melhoria dos serviços prestados à população. Disse que se



impunha o envio do relatório de monitorização e de execução. Referiu também que deviam ter em análise os valores monetários que eram transferidos e os demais recursos necessários para a execução do contrato. Sabiam, por experiência de anos anteriores, que a celebração desses contratos não trazia nenhuma vantagem para as populações, nem sequer de proximidade e, que soubessem, a junta de freguesia tinha um funcionário. Portanto, as competências delegadas no contrato teriam de ser cumpridas por uma qualquer entidade externa, sem nenhuma ligação ao bairro ou às pessoas que lá viviam. Disse que, para celebrar um contrato com uma entidade qualquer, não havia necessidade de delegar na junta fazer esse serviço, para a maior proximidade e defesa do interesse das populações, pois aqueles serviços poderiam e deveriam ser prestados diretamente pela entidade pública, com funcionários públicos, numa verdadeira missão de serviço e, como sabiam, naquelas circunstâncias não acontecia. Quanto aos valores a transferir da Câmara para a Junta de Freguesia, impunha-se perguntar ao Presidente da Junta que lhes explicasse a razão de ser dos mesmos porque eram esses e não outros. Isso porque não lhes era fornecido, no documento, qualquer fundamentação para os mesmos. Questionou também como iam ser feitos os relatórios de monitorização e execução, quem ia fazer o relatório, se era a entidade externa que ia ser contratada para fazer o serviço. Afirmou que, relatórios como os que apresentaram em anos anteriores, seria melhor começarem a estudar como se fazia um relatório, dizendo que o envio de uma folha com referência a algumas faturas ou notas de pagamento não era um relatório porque os desígnios que presumivelmente levaram à celebração do contrato não tinham sido cumpridos em anos anteriores e não seriam novamente para cumprir e, como para o PCP aqueles assuntos eram muito sérios e para levar a sério, votariam contra a proposta.

Colocado a votação, **a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV) e 11 abstenções (PPD/PSD, CHEGA, IL e CDS), aprovar.**

5 – Apreciação e votação dos relatórios de execução dos contratos interadministrativos de delegação de competências e cooperação celebrados com as juntas de freguesia;

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para fazer algumas considerações relativamente aos pontos 5 e 6, fazendo em simultâneo e depois, se fosse necessário, voltaria no ponto 6. Explicou que vinham no mês de junho, em complemento do que a Assembleia Municipal já decidiu na reunião de abril, com autorização *a posteriori* de fazer aquelas alterações que foram feitas aos contratos interadministrativos. Afirmou que as juntas apresentaram os relatórios que obtiveram a concordância dos serviços que os apreciaram, era um documento extenso e no ponto 6 alteraram um pouco a metodologia do cumprimento dos contratos, fazendo um bocado à semelhança do que se fazia com os fundos comunitários. À medida que a junta de freguesia ia executando as obras, solicitava que a Câmara pudesse fazer o acompanhamento, o mesmo não se faria apenas no final da execução dos mesmos, ia-se fazendo ao longo dos anos



de vigência do contrato, o que permitiria libertar o dinheiro à medida que houvesse autos de medição e a junta de freguesia demonstrava efetivamente que tinha ou que estava em cumprimento do contrato e portanto era facilitador também para os serviços técnicos da Câmara acompanharem, não só a execução mas também o acompanhamento e prestarem apoio técnico. Portanto, era essa a alteração, de resto o relatório, os documentos foram todos remetidos.

Solicitou a palavra o **deputado Rui Flório Costa, eleito pelo CDS**, para dizer que todos reconheciam a importância da delegação de competências para as freguesias, pois eram elas que conheciam melhor as necessidades das populações, eram elas que estavam mais próximas dos cidadãos, isso todos sabiam, e por isso mesmo o modelo exigia rigor, transparência e mecanismos eficazes de acompanhamento. Disse que aquilo que resultava da leitura dos relatórios era precisamente o contrário, a própria Comissão de Acompanhamento identificava deficiências graves na informação apresentada, em muitos casos não existia elementos suficientes para confirmar a execução física e financeira dos investimentos. Disse que encontraram alterações aos contratos sem o enquadramento previsto, projetos que foram anulados, outros foram reforçados, novos investimentos criados sem que todo o procedimento contratual tenha sido devidamente formalizado. Encontraram ainda documentação cuja descrição não permitia identificar claramente qual a obra que foi realizada e, em muitos casos, nem sequer era possível perceber qual foi a comparticipação municipal. Afirmou que isso fragilizava o controlo da despesa pública e, quando falavam em dinheiro dos contribuintes, o controlo nunca seria e nunca poderia ser considerado secundário. Mencionou que o CDS entendia que o procedimento não devia ser imputado exclusivamente às freguesias e às deficiências que resultavam dos relatórios, o próprio município reconhecia que o modelo de relatório disponibilizado era insuficiente pelo que importava, por isso, assumir essa responsabilidade e corrigir o procedimento. Disse que defendiam que os futuros relatórios passassem, obrigatoriamente, a incluir informações financeiras detalhadas, evidências da execução dos projetos e identificação clara do procedimento de contratação pública utilizados. Afirmou que mais transparência não significava mais burocracia, significava apenas melhor gestão, significava maior confiança nos cidadãos e significava proteger quem geria recursos públicos porque cada euro investido nas freguesias merecia ser acompanhado com o mesmo rigor que exigiam ao restante orçamento municipal.

Foi dada a palavra ao **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que receberam os relatórios, que totalizavam mais de mil páginas, dez dias antes da presente sessão, em conjunto com a restante documentação, pelo menos parte do relatório já estaria pronta no dia 31 de março de 2026, que era o que constava na data, por isso já lhes poderia ter sido remetido há muito, mas em 10 dias também conseguiam fazer essa análise.



Começou por dizer que o ponto em apreço, devido ao seu conteúdo, não deveria ter o nome de Apreciação e Votação de Relatórios de Execução, mas sim Apreciação de Relatório de Análise feito pela Comissão de Acompanhamento porque, na realidade, as Juntas não fizeram relatório quem o fez foi a Comissão de Análise.

Nos documentos remetidos à Assembleia, não se vislumbrava qualquer relatório de execução apresentado pelas juntas de freguesia, referindo que os documentos remetidos pelas juntas eram meros formulários preenchidos pelos vistos sugeridos pela Câmara, com alguns elementos das obras feitas, mas que não se podiam identificar como relatórios, nem algo que com isso se parecesse. Mencionou que o que estavam a apreciar era o relatório feito pela tal comissão, com base na informação remetida pelas juntas, a que se chamou relatório de execução, que na realidade não era porque a própria comissão lhe apontava enormes falhas de que padeciam.

Fez um parêntese, dizendo que a crítica não era à comissão que parecia que, até no meio da confusão toda, conseguiu organizar uma espécie de relatório que devia ter sido feito, a crítica era à bagunça de papelada fora do sítio, faturas que ninguém sabia muito bem onde estavam e isso não era uma, nem duas, nem três, era geral como referia a comissão.

Salientou a falta de assinatura dos membros da comissão nos diversos relatórios, disse que a adenda só estava assinada por dois, faltava a assinatura de um terceiro. Parecia que “tudo o que nascia torto, tarda ou nunca se endireitava” e achava que o processo em análise era um caso desses.

Disse que, primeiro foi a propaganda falaciosa dos milhões que a Câmara ia contratar com a Juntas de Freguesia, mas quando se fizeram as contas, eram uns poucos milhares de euros para cada junta porque tinham sempre de dividir por 25. Mencionou que, como a regra era a governação à vista, o que importava era a propaganda, fizeram-se os contratos em cima do joelho, os presidentes de Junta, sem grande tempo para pensar, seguiram o caminho que vinha sendo seguido pela Câmara e também se propuseram fazer determinadas obras que, de início, não tinham uma estratégia bem definida. Foi, grosso modo, indicar no contrato algumas obras que lhes pareciam mais óbvias e necessárias, mas que, na realidade, quando mais bem pensadas outras lhe pareceram prioritárias. Disse que, como para a Câmara o que importava era a propaganda, e depois logo se via, assinaram-se os contratos e, segundo se colhia da análise feita pela Comissão de Acompanhamento, a maioria dos requisitos dos contratos assinados não foi cumprida, fosse por parte da Câmara, fosse pela Junta de Freguesia. Disse que da análise do projeto de relatório, concluiu-se que, face à falta de documentação da discussão e preparação prévia de contrato e dos estudos multidisciplinares que alegadamente existiam e que não existiam, procederam à sua celebração, que demonstrassem o cumprimento dos requisitos legais. Mencionou que não existiam esses relatórios que



demonstravam que não havia um aumento da despesa pública, que demonstravam que havia um aumento da eficiência.

Afirmou que tudo eram intenções, que depois não havia relatórios que os avaliassem e que indicassem isso. Relembrou que, aquando da celebração dos contratos e de outros, alertou para a questão dos estudos prévios e constantemente se fazia referência, mas que nunca lhes foi dado conhecimento, porque já desconfiavam que não existiam, o que naquele momento se confirmava. Mencionou que, perante a falta desses estudos prévios, obrigatórios por lei, confirmava-se que a Câmara tinha violado a lei reiteradamente, ficando no ar a suspeição de que, se calhar, se fizessem os estudos que a lei impunha, parte dos contratos que celebrava não seriam possíveis.

Referiu que também se verificava que a comissão de acompanhamento foi constituída por proposta do Presidente da Câmara na reunião do executivo de 14 de abril, uma comissão para acompanhar que teria como objetivo contribuir para uma boa execução dos contratos, identificando eventualmente dificuldades que se viessem a verificar, disponibilizando meios para os ultrapassar e o que aconteceu foi que em abril de 2025 é que foi nomeada essa comissão. Disse que se percebia que para os Presidentes de Junta, os contratos até podiam ter alguma importância, no entanto, também tinham a obrigação de cumprir a lei e ela foi violada em toda a linha. Mencionou que, desde a forma como foram celebrados os contratos, sem que os tais requisitos legais estivessem cumpridos, a falta de cumprimento da lei quanto aos procedimentos contratuais especificados no relatório de execução, que não coincidisse, por exemplo, com as publicações que obrigatoriamente teriam de ser feitas no portal base.

Afirmou que tendo a comissão expressado reservas sobre a adequação e regularidade dos procedimentos de contratação pública adotados, as alterações aos projetos que inicialmente constavam no contrato, a anulação de outros e ainda a inserção de novos, numa clara violação do inicialmente contratado, alocação de verbas para fins não previstos no contrato, impossibilidade de comprovar uma grande percentagem das despesas efetuadas, envio de faturas emitidas em data anterior à celebração do contrato, enfim, uma panóplia de irregularidades que podiam acarretar responsabilidade legal para os seus autores. Mencionou que a Comissão constatou dificuldade de comprovação das despesas efetuadas, que se verificava relativamente a todas as juntas de freguesia em maior ou menor percentagem, existindo situações flagrantes de quantias com um valor significativo que não se enquadravam nem no plano de investimentos, nem no contrato interadministrativo, valores esses que, para que a lei fosse cumprida, teriam de ser devolvidos à Câmara, o que se impunha, tendo a Câmara, também, a sua quota de responsabilidade. Mencionou que todos sabiam das dificuldades que muitos Presidentes de Junta tinham quanto ao conhecimento de determinados trâmites obrigatórios o que não os ilibava da responsabilidade, mas que maior



responsabilidade tinha a Câmara de os conseguir acompanhar e até, se possível, de lhes dar a formação adequada.

A questão da junta de freguesia de Fafe que tinha contratos diferente das outras era pior, pois insistia em comprovar, naquele caso, uma despesa relativa a esse contrato com faturas de 2023 num valor superior a 80 mil euros, situação já por eles denunciada quando analisaram o relatório de acompanhamento e que, aliás, foi retirada da ordem de trabalhos numa Assembleia não tendo retornado em data posterior como se impunha, e era uma das situações que não restavam dúvidas de que o valor teria de ser devolvido à Câmara sob pena de, no caso de não ser feita essa devolução, estavam perante responsabilidade criminal, o que não existia noutras situações de outras juntas, pois apesar da despesa ter sido feita, os documentos juntos não cumpriam requisitos legais, mas não era igual ao caso da junta de Fafe.

Ressalvou, também, que a junta de Passos juntou faturas de 2023 para comprovar despesas feitas em 2024 ou 2025, recaindo sobre a mesma o que acabavam de referir em relação à Junta de Freguesia de Fafe. A Junta de Freguesia de Arões de Santa Cristina, ao abrigo desse contrato, também designava como investimento uma despesa de atribuição de um subsídio no valor de 50.000€, valor esse claramente não consubstanciava a despesa de investimento que era para o fim a que tinha feito o contrato. Por isso teria de devolver esse valor. Ardegão, Arnozela e Sedões não apresentavam comprovativo da despesa de 54.000€. Arões São Romão tinha despesas de cerca de 100 mil euros que não se conseguiam validar com o plano de investimento. Cepães e Fareja, também, juntava documentos para comprovar despesas relativas a períodos anteriores à celebração de contrato de cerca de 40 mil euros. Estorãos não juntou documento comprovativo de uma despesa superior a 20 mil euros. Antime e Silvaes São Clemente juntaram um orçamento para comprovar uma despesa, pelo que referiu que um orçamento era um orçamento. Noutros casos, de outras freguesias, juntaram contratos de compra e venda de terrenos de valores superiores a 30 mil euros ou faturas pró-forma. Golães relacionou a fatura 2021 para comprovar uma despesa, mas não juntava o documento. Diversas freguesias juntaram faturas com indicações manuscritas, associavam faturas não relacionadas e relacionaram faturas que não apresentaram. Enfim, uma panóplia de incongruências de tal monta que a aprovação do chamado relatório de execução pela Câmara, num passo anterior ao que estavam a ter, sem que obrigasse à correção da mesma, era por si só mais outra incongruência.

Para terminar, sugeriu que, no futuro, a Câmara e os Presidentes de Junta tivessem em conta as sugestões feitas pela Comissão de Acompanhamento, que lhe pareciam oportunas e de relevo, designadamente para a celebração e cumprimento de eventuais contratos daquele tipo ou de outros. Louvou o trabalho feito pela Comissão que, no meio de tanta confusão, conseguiu



elaborar um projeto de relatório que os ajudou a melhor compreender o denominado relatório de execução, se que não o era, ficando claro que não votariam a favor do ponto em apreciação. De seguida, usou da palavra o **deputado Joaquim Matos, eleito pelo PS**, para, antes de iniciar a sua intervenção, dar os parabéns à comissão que elaborou o relatório que lhes permitia analisar a forma como foram investidos mais de 4 milhões de euros no biénio 2024-2025. O relatório era composto por 1.286 páginas, foram analisados milhares de documentos enviados pelas 25 juntas de freguesia nomeadamente o relatório de monitorização enviado em 2024 e o relatório de execução enviado até o final de 2025.

Disse que o relatório apresentado pela comissão apontava algumas fragilidades, repetiu, fragilidades, não irregularidades e, por isso teve, dificuldades em avaliar alguns documentos enviados pelas juntas de freguesia. Disse que o relatório era claro quando afirmava que, ultrapassadas as fragilidades documentais, e repetiu mais uma vez, fragilidades não irregularidades, o valor da despesa não comprovada passava a ser nulo. Mencionou que a comissão reconhecia igualmente que não conseguia quantificar qualquer impacto financeiro das reservas que identificou, pelo que sem quantificação, não havia fundamento técnico para reposições. Afirmou que as juntas de freguesia trabalharam com proximidade, com conhecimento do terreno e com equipas reduzidas, mas garantiram a execução de cerca de 400 investimentos. Referiu que 400 investimentos, 4 milhões de euros, era só fazer as contas, como dizia o outro senhor, mas andaria de à volta de uma média de 10 mil euros por ação pelo que se considerassem que ocorreram investimentos, alguns investimentos, com 60, 70 mil euros, outros seriam na ordem de poucos milhares de euros, 2, 3 mil euros, a média andava nos 10 mil euros.

Mencionou que se havia obra feita nas freguesias era porque as juntas de freguesia, os seus executivos, assumiram responsabilidades, resolveram problemas e responderam às populações. Referiu que também havia uma questão que gostaria que tivessem bem em conta, que as juntas de freguesia, à semelhança do município, elaboravam os documentos previsionais, esses projetos, essas ações foram, com certeza, elencadas nos planos e orçamentos da respetiva freguesia. O relatório de contas foi aprovado e foi enviado para o Tribunal de Contas e, mais ainda, o que achava que era mais importante, era que o relatório já tinha sido aprovado pela população. Mencionou que as eleições autárquicas validaram, ou seja, com isso queria dizer que a população validou e essa era a parte mais importante, a população verificou e aprovou porque a maioria dos executivos das juntas de freguesia foram reconduzidas, pelo que o Partido Socialista referia e reiterava a importância de fazerem um bom relato. Concordou com o deputado Alexandre Leite, dizendo que o Presidente da Câmara já referiu que na celebração do contrato seguinte iria ter em conta essa situação. Disse que a Comissão de Acompanhamento, não era uma Comissão de Avaliação, que teria sido uma



Comissão de Avaliação, não de Acompanhamento, mas agora era uma fragilidade, exatamente. Importava salientar a importância dos contratos que eram celebrados, o valor que era executado, e voltou a repetir, que nos dois anos foram cerca de 400 ações, que se fosse o município a fazer, teria muita dificuldade em executar essas pequenas ações. Face ao exposto, o Partido Socialista votaria a favor.

Não havendo mais intervenções, **a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV) e 11 abstenções (PPD/PSD, CHEGA, IL e CDS), aprovar.**

6 – Apreciação e votação da proposta de autorização de celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências e cooperação a celebrar com as juntas de freguesia;

Solicitou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que o que se constatava era que as mesmas ilegalidades que cometeram no ponto anterior, quando, por exemplo, não demonstrava ter efetuado os estudos multidisciplinares que se impunham, cometia os mesmos erros e as mesmas ilegalidades que o texto, era copy-paste até do anterior contrato. Disse que havia um ponto em que se referia ao orçamento de 2024, nem a data tinham alterado, não seguiram as recomendações que acabaram de elogiar da comissão de acompanhamento do anterior contrato, que era o mínimo. Mencionou que a única coisa que mudou no contrato, e aí a Câmara teve cuidado de não copiar e colar, foi o valor a receber porque o montante era reduzido em um terço, não sabia se sabiam, pedindo desculpa por estar a transmitir essa triste notícia, explicando que, relativamente ao contrato anterior, as juntas iriam receber menos um terço do que recebiam porque o período de vigência passou para 18 meses, em vez de ser o tempo que era, e por isso tinham menos dinheiro contratado. Repetiu dizendo que a Câmara tratava as freguesias com desprezo e continuava a centralizar nos investimentos, muitos de prioridade duvidosa no centro da cidade, aumentando as assimetrias já existentes. Afirmou que, face aos valores da inflação, das necessidades das populações que residiam fora da sede do concelho, a Câmara fazia o contrário do que se impunha e em vez de reforçar os montantes a contratar com a junta das freguesias, diminuiu-os. Disse que não se entendia essa atitude e aguardavam a demonstração de desagrado por parte das Juntas de Freguesia ou se estavam todos muito agradecidos.

Mencionou que o documento referia que competia ao Município acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da matéria objeto de delegação, dizendo que em anteriores contratos já lá estava essa cláusula e não ficou demonstrado que a fiscalização tenha sido feita, até pela confusão que foram as despesas feitas pelas diversas Juntas de freguesia. Questionou se a Câmara ia cumprir com essa obrigação ou se ia continuar tudo na mesma; como seria prestado o tal apoio que era necessário, mediante recomendações dos pareceres técnicos, às freguesias, pela Câmara; que serviços da Câmara fariam esse apoio. Disse que, como se tinha visto, por



exemplo no ponto anteriormente discutido, na Assembleia, se esse apoio foi prestado não produziu grandes resultados. Perguntou como iriam ser feitos os relatórios de monitorização e discussão; se iam ser relatórios ou ia ser um formulário que se preenchia e que nada relatava. Afirmou que lhes parecia que, para elaborar um relatório com as exigências que aludia o artigo 8º, nº 5, nas suas diversas linhas, o mesmo não deveria ser feito em formulário, pois cada caso seria um caso e os fundamentos de uns seriam diferentes dos outros. Referiu que com a proposta de formulário se estava a restringir a liberdade de elaboração de um relatório, como tinha de ser feito. Afirmou que o que a Câmara deveria fazer, no modesto entendimento deles, era que, para aqueles Presidentes de Junta que não o soubessem fazer, dessem a informação para que o fizessem, mas nas devidas condições, sem preencherem formulários que nada lhes dizia ou fundamentava. Sugeriu que a Comissão de Acompanhamento fosse designada em tempo útil e não no fim do prazo de cumprimento dos contratos.

Sugeriu, ainda, que se corrigisse o copy-paste do artigo 14º, onde referia que o contrato era bianual, pois o mesmo vigoraria por um período de 18 meses, tal como era referido na página 4, ou então era o da página 4 que estava mal, mas, se fosse o da página 4, haveria prejuízo para as freguesias.

De seguida, usou da palavra o **deputado Joaquim Alves, eleito pelo PS**, para dizer que o deputado Alexandre Leite lhe tirou uma conclusão relativamente à questão de um terço que os Senhores Presidentes iam receber a menos, não. Os Presidentes iam ter 18 meses para executar o mesmo valor. Relativamente à questão da comissão de acompanhamento, disse que a grande mudança que ia acontecer no contrato era que os Presidentes de Junta à medida que iam executando, iam solicitando pagamento e não no final do ano. Portanto, não havia perda em relação ao contrato anterior e os Presidentes de Junta já estavam a trabalhar desde o início do ano, a fazer as tais consultas preliminares.

Colocado à votação, **a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 abstenções (PPD/PSD, CHEGA, IL, CDS e PCP/PEV), aprovar.**

7 – Apreciação e votação da proposta de autorização de celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre o Município de Fafe e as juntas de freguesia, para a criação e implementação do programa “Fafe Empreende – Pré-incubação descentralizada”.

Solicitou a palavra o **deputado Rui Florido Costa, eleito pelo CDS**, para dizer que, analisada a proposta do Programa Fafe-Empreende para a Incubação Decentralizada, cumpria-lhe dizer o seguinte: “À primeira vista, o nome soa pomposo, moderno e falsamente dinâmico, bastou ler o articulado deste contrato inter-administrativo para perceber que estamos perante mais um exercício de propaganda política à custa do esforço alheio. Este documento é o exemplo perfeito de como este Executivo Municipal adora anunciar iniciativas, mas recusa apagá-las. A



Câmara Municipal quer descentralizar competências, mas faz uma autêntica descentralização a custo zero, a cláusula 8ª deste contrato deitava por terra qualquer ilusão de cooperação institucional ao ditar friamente que não haverá qualquer transferência financeira para as nossas freguesias e o executivo exige que os Presidentes de Junta, que já geravam orçamentos locais curtíssimos, arranjem salas, paguem a eletricidade, deem internet, garantem consumíveis de impressão e asseguram apoio administrativo, e qual é a contrapartida financeira do município, nenhuma. A Câmara cria as regras, fica com os louros da publicidade, mas atira o trabalho e a despesa para cima das freguesias. Para além disso, toda a propaganda é sustentada num modelo de voluntariado forçado, querem apoiar o tecido empresarial local pedindo aos empresários e experientes que trabalhem de graça na bolsa de mentores, enquanto a Câmara Municipal não hesita em gastar milhares de euros em despesas correntes. Não podemos aceitar este desequilíbrio, se o município de Fafe acredita verdadeiramente no empreendedorismo centralizado, tem de investir o seu orçamento, financiar espaço e apoiar financeiramente as juntas de freguesia nessa missão. Delegar competência sem delegar o envelope financeiro não é descentralizar, é apenas descartar responsabilidades.”

Solicitou, também, a palavra o **deputado Ricardo Costa, eleito pelo CHEGA**, que começou por deixar uma coisa bem clara, não eram contra o empreendedorismo, não eram contra o apoio às empresas e também não eram contra a criação de oportunidades para os jovens de Fafe. Aquilo a que se opunham era à política da aparência, à política da propaganda, à política dos anúncios que serviam para criar manchetes, mas não para resolver problemas. E era exatamente isso que a proposta representava, confessando que ficaram surpreendidos, não pelo que continha, mas pela sua pobreza política. Depois de mais de seis meses de mandato, depois de tantas promessas sobre desenvolvimento económico, inovação, captação de investimento e criação de emprego, aquilo que o vereador responsável conseguia apresentar ao concelho era um regulamento sem financiamento, sem metas, sem indicadores de avaliação e sem qualquer estratégia capaz de transformar a realidade económica de Fafe.

Disse que era legítimo perguntar se tinha sido para isso que os fafenses esperaram mais de meio ano, dizendo que ao fim de seis meses esperavam uma agenda económica, esperavam medidas concretas para atrair empresas, criar emprego qualificado e fixar jovens no concelho. Esperavam liderança, mas aquilo que lhes era apresentado era um documento vazio, um documento que não criava um único posto de trabalho, não atraía um único euro de investimento, não definia uma única meta concreta, não resolvia um único problema estrutural da economia local. E o mais grave era que essa parecia ser uma grande bandeira desse pelouro. Disse que se aquela era a principal medida económica que o Executivo tinha para apresentar ao fim de mais de seis meses, então estavam perante um sinal preocupante da falta de visão e da falta de ambição que estavam a marcar no mandato em vigor. Mencionou que a Câmara criava



o programa, fazia os comunicados, tirava as fotografias, recolhia os aplausos, mas as responsabilidades ficavam para os outros e os resultados ficavam para ninguém porque nem sequer existiam mecanismos que permitissem avaliá-los. Isso não era uma política de desenvolvimento económico, era uma operação de marketing político. Afirmou que na verdade Fafe não precisava de mais regulamentos para alimentar redes sociais, Fafe precisava de investimento, precisava de empresas, precisava de emprego, precisava de oportunidades para os jovens que continuavam a sair do concelho por falta de perspetivas. Disse que, enquanto os outros municípios competiam por investimento e talento, Fafe recebia regulamentos sem recursos, sem metas e sem impacto mensurável. Afirmou que, passados mais de seis meses, o vereador teve tempo para estudar os problemas, teve tempo para ouvir os empresários, para definir prioridades, teve tempo para apresentar uma estratégia e falhou em todas as oportunidades. Disse que o que estavam a discutir não era apenas um regulamento fraco, era um retrato de uma governação sem rumo na área económica, era a demonstração de que, passado mais de seis meses, continuava por aparecer a visão que lhes foi prometida aos fafenses porque governar não era produzir anúncios, governar não era acumular fotografias, governar não era criar expectativas que depois não se concretizavam. E até ao momento aquilo que o executivo apresentou na área do desenvolvimento económico não eram resultados, eram apenas promessas em forma de regulamento.

Terminou, dizendo que devia ficar bem claro que não eram contra o empreendedorismo, eram contra programas que criavam expectativas sem garantirem resultados concretos para os empreendedores e para o concelho.

De seguida, usou da palavra o **deputado Diogo Silva, eleito pelo IL**, que começou por se dirigir ao deputado Rui Flório Costa, dizendo que folgou em saber que se importava tanto com o trabalho da Iniciativa Liberal, contudo dispensava o seu exibicionismo porque foi meramente o que ali fez, que era evidente que ninguém lhe pagou a viagem a si e contudo, dizendo que o que fez era, foi como o deputado, fiscalizar o trabalho do Executivo e em nenhum momento, e deixou isso bem claro, na sua intervenção estava a colocar em causa a pertinência da ida do Presidente da Câmara e da Vereadora à Suíça. Depois, interpelou o PS, e disse que o líder da bancada do Partido Socialista lhe devia agradecer, pois estava a defendê-lo demasiadas vezes, já não era a primeira vez que o fazia no mandato em curso e talvez por aí, se devesse o resultado péssimo que teve nas últimas eleições autárquicas. Por fim, deixou-lhe bem claro, e falando em fragilidades que o Partido Socialista conhecia tão bem, pelo menos a Iniciativa Liberal não era a muleta de ninguém.

Relativamente à proposta de celebração do contato inter-administrativo em apreciação, para a implementação do Programa FAFU-Empreende, colocava-os perante um desafio importante para o futuro económico do concelho. Disse que como Liberal, saudava, obviamente, qualquer



iniciativa que pretendesse desburocratizar, descentralizar e apoiar quem queria criar o seu próprio negócio, valorizando o papel da mentoria voluntária e garantindo que o projeto não implicasse a habitual transferência de fundos públicos ou o aumento da despesa corrente do município.

Disse que era precisamente por não implicar cargos financeiros diretos para os bolsos dos contribuintes que a Iniciativa Liberal recusava votar contra aqueles regulamentos. Contudo, votar a favor significaria aceitar a grande falta de ambição estratégica por parte do Executivo na área económica, dizendo que Fafe não podia continuar a contentar-se com projetos ineficazes enquanto os concelhos vizinhos jogavam na primeira liga do empreendedorismo e da inovação. Mencionou que olhavam para o lado, para projetos estruturados como a Startup Braga, o Setup Guimarães, a Start Esposende que eram ecossistemas de incubações reais, eram marcas que atraíam capital de risco, que aceleravam empresas com base tecnológica, que tanto precisavam, que davam uma mentoria profissionalizada e que ligavam os empreendedores locais à escala global. Afirmou que a proposta que o executivo lhes trazia limitava-se a uma singela pré-incubação descentralizada, na prática, a cláusula terceira reduzia o apoio municipal a oferecer uma sala vazia, acesso à internet e o apoio administrativo elementar que ficava a cargo das juntas que tantas dificuldades tinham nesse meio. Afirmou que isso não era criar um ecossistema de inovação, era criar uma rede de espaços de cowork disfarçada de incubadora. Era manifestamente curto para o talento, para a capacidade que os jovens de Fafe tinham. Disse que a segunda grande reticência se prendia com a coesão territorial e com a exequibilidade prática desse modelo nas periferias de concelho. Referiu que o contrato estabelecia textualmente que as juntas de freguesia deviam disponibilizar espaços e assegurar o seu funcionamento logístico sempre que possível e, aí residia a grande falha de planeamento, perguntando quem garantia que as juntas de freguesia mais pequenas e com menos recursos, como tantas que havia em Fafe, tinham a capacidade logística, os computadores, a internet de alta velocidade e os funcionários necessários para dar esse apoio administrativo elementar, pelo que era evidente que não, aliás, muitas das freguesias periféricas nem rede móvel tinham. Afirmou que o risco real e previsível, e até óbvio, era que o programa acabasse por funcionar apenas nas freguesias maiores, e se funcionasse, e de cariz urbano, deixando os empreendedores da periferia totalmente isolados e aprofundando as assimetrias que já dividiam o território. Mencionou que sem um plano de discriminação positiva ou de suporte técnico da Câmara às juntas de freguesia com menos recursos, o contrato limitava-se a sacudir a competência da despesa operacional para cima das juntas de freguesia, como já foi dito.

De seguida, usou da palavra o **deputado Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD**, para dizer que o PSD apoiava todas as iniciativas que promoviam o empreendedorismo, a inovação e também a criação de empresas. No entanto, importava perceber se estavam perante um verdadeiro



programa de incubação empresarial ou se estavam perante um programa que era de apenas tutoria, sensibilização e formação ao empreendedorismo. Colocou algumas questões: quantas empresas previa o programa criar nos três anos seguintes; que apoio concreto seria dado aos participantes para transformar as ideias em empresas; se existiam incentivos financeiros, apoio jurídico, apoio à internacionalização ou acesso a investidores; se existia articulação com outras incubadoras, centros tecnológicos ou empresas do concelho; como seria medida a eficácia do programa; quantas empresas se esperava que pudessem sobreviver com o programa ao fim de dois, três anos.

Afirmou que os municípios que na atualidade eram referência nessa área foram muito além das estruturas por exemplo, Braga através da Startup Braga, da Invest Braga que eram instituições que conhecia muito bem, criou um verdadeiro ecossistema de inovação, disponibilizando programas de incubação, aceleração, mentoria especializada, acesso a investidores, apoio à internacionalização, ligação à universidade e empresas tecnológicas, pelo que estavam muito longe dessa realidade. Disse que também Guimarães, através da Setup Guimarães, no qual já participou diversas vezes, na outra qualidade, desenvolveu uma rede municipal de incubação que disponibilizava espaços de trabalho, acompanhamento técnico, mentoria, ligação à indústria, aos centros de investigação e centros tecnológicos, aos investidores também, criação de condições para que as ideias florescessem e evoluíssem para empresas sustentáveis.

Mencionou que o empreendedorismo não se esgotava apenas na teoria, na formação ou sensibilização, referindo que o verdadeiro desafio começava quando era necessário constituir a empresa, encontrar financiamento, captar clientes, internacionalizar e criar empregos. Portanto, a questão que colocavam ao vereador era simples, concretamente se o programa ia criar empresas ou se ia apenas oferecer tutoria? Porque o sucesso do programa não se mediria pelo número de sessões realizadas ou, eventualmente, certificados que pudessem ser emitidos, ia medir-se pelo número de empresas que eram criadas, pelo investimento captado, pela capacidade de fixar talento em Fafe e pelos postos de trabalho qualificados que conseguissem criar.

Posteriormente, usou da palavra a **deputada Anabela Martins, eleita pelo PS**, que, antes de começar a sua intervenção, esclareceu que o que estavam ali a analisar, explicando que se tratava de um contrato interadministrativo e não de um regulamento, como foi mencionado. Mencionou que o contrato, na sua opinião, e estava a falar individualmente, as freguesias que não se sentissem em condições de o assinar não seriam obrigadas a fazê-lo, mas pensava que se teria mais ganhos do que perdas em os assinar. Disse que, aprovando a proposta de celebração do contrato inter-administrativo entre o município e as juntas de freguesias, seria o ponto de partida para que o empreendedorismo chegasse às freguesias, de forma descentralizada, de modo a apoiar qualquer jovem ou novo empresário numa fase inicial da



estruturação da sua ideia de negócio. Com a pré-incubação, pudessem ver a sua ideia transformada num projeto empresarial. Afirmou que num concelho como Fafe, as freguesias desempenhavam um papel fundamental na coesão territorial e na proximidade aos cidadãos, eram elas o primeiro contacto, conheciam as suas realidades, conheciam as suas capacidades e as suas necessidades e, sobretudo, conheciam bem o rosto dos futuros empreendedores. Disse que se tratava de uma iniciativa que partia do princípio fundamental, aproximar as pessoas e os territórios aos mecanismos de apoio ao empreendedorismo. Mencionou que o programa apresentava uma importante vantagem, que era aproveitar os recursos já existentes, utilizar os espaços disponíveis nas freguesias, mobilizando-se de conhecimentos e experiências de empresários locais e promover-se a colaboração entre diversos agentes económicos de concelho.

Afirmou que a criação de uma rede local de mentores merecia também especial destaque, dizendo que muitas vezes quem pretendia iniciar um negócio não necessitava apenas de um espaço físico, mas sobretudo uma orientação, aconselhamento e partilha de experiências. Ao aproximar empreendedores de empresários experientes, estavam a criar condições para criar mais projetos que tivessem sucesso e que se pudessem transformar boas ideias em iniciativas económicas sustentáveis e viáveis. Era igualmente relevante a aposta em eventos de intercâmbio de contactos, o chamado networking, dizendo que o desenvolvimento económico moderno se fazia cada vez mais através da colaboração da partilha de conhecimentos e da criação de sinergias. Disse que o programa pretendia promover precisamente essa dinâmica, fortalecer o ecossistema empresarial do Fafe.

Afirmou que reconheciam igualmente o mérito e a intenção de promover a cultura empreendedora mais forte, incentivando à inovação, à criação do próprio emprego e ao desenvolvimento económico sustentável do concelho. O município de Fafe, em parceria com as Juntas de Freguesia, desejava criar condições para fixar talento, apoiar os seus jovens, incentivar a inovação e promover novas oportunidades económicas, e se fosse bem-sucedida, a iniciativa podia constituir um instrumento útil para que, no futuro, se viesse a instalar um centro empresarial de incubação.

Terminou dizendo que a implementação do programa não implicava qualquer transferência entre o município e as juntas, assentando na utilização de recursos existentes e da participação voluntária dos mentores. Por todas essas razões, entendiam que o contrato interadministrativo constituía um instrumento importante para o futuro de Fafe e merecia o apoio e o voto de confiança, pelo que o Grupo Parlamentar Partido Socialista votaria a favor.

Por fim, usou da palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que as intenções que eram propostas não pareciam más, a intenção de fazer mexer o ecossistema empresarial não era má. E era boa a intenção de ajudar projetos empresariais na sua fase



embrionária, disponibilizar apoio logístico de forma gratuita, partilha de conhecimento empresarial. Disse que as juntas, se tivessem condições, disponibilizassem uma sala de reuniões, acesso à internet, serviços de impressão e digitalização, procuravam encontrar uma rede dos chamados mentores locais, pretendia-se ainda que realizassem um ou dois eventos anuais de trocas de experiências, a partir de ano isso não era mal, a Câmara ainda iria promover sessões de esclarecimento de diversos temas. Nada disso era mau, era uma coisa “assim assim”. Era uma coisa que “não aquecia muito nem arrefecia muito”, mas mau não era porque os problemas estruturais da economia local e nacional continuariam a ser a principal dificuldade enfrentada pelos pequenos empresários. Disse que não era propriamente isso que lhes estava mesmo a fazer falta, uma vez que os custos de contexto elevados, uma política fiscal desequilibrada, o domínio dos grandes grupos económicos, eram essas as principais barreiras ao desenvolvimento dos pequenos empresários. Claro que em relação a isso as juntas de freguesia pouco ou nada podiam fazer e por isso um programa desses, poucas ou nenhuma consequências teria na economia local. Afirmou que precisavam de uma mudança de política, tanto a nível governamental, mesmo como a nível concelhio, mas que enfrentasse a série de questões como o preço da energia e dos combustíveis, as comissões bancárias, juros abusivos, custos com portagens, comunicações, o próprio preço do arrendamento comercial inseparável da permitida especulação imobiliária. Por isso precisavam de um tratamento muito mais completo e muito mais complexo. Disse que o programa era uma espécie de “melhoral” que não fazia bem, mas não fazia mal.

Por fim, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para fazer um agradecimento relativamente às intervenções referindo que tiveram contributos positivos e, sob algumas das intervenções, acompanhava-os. Disse que o deputado Alexandre Leite acabou por resumir que a intenção era benéfica, era boa, deviam começar por algum lado. Explicou que o Vereador visitou a incubadora que se falou, de Esposende, o centro empresarial, foi visitada há pouco, dizendo que não teve a oportunidade de o acompanhar e deu conta do que gostariam de ter no concelho, algo semelhante. Mencionou que o que referiram relativamente a Guimarães e a Braga era bem verdade, mas já começaram e começaram devagar e começaram lá atrás, há muito tempo. Disse que o Vereador reúne com cada um dos Presidentes de junta e, naturalmente, como já foi dito, uns tinham mais condições, outros menos, a questão era envolvê-los no que pretendiam que o concelho fizesse, era um contrato interadministrativo pelo que tinham necessidade de que a Assembleia os permitisse celebrar esses contratos interadministrativos. Se não tivessem, fá-lo-iam. E, portanto, via-se como muito positivo, não como uma medida excecional, era o início de um caminho que era necessário fazer e que queriam contar com os Presidentes de Junta nessa sensibilização para o desenvolvimento económico que queriam ter do concelho.



Colocado à votação, *a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 3 votos contra (CHEGA) e 2 abstenções (IL e PCP/PEV), aprovar.*

8 – Apreciação e votação da proposta de reconhecimento municipal da relevância estratégica e do interesse público do projeto de ampliação do Hospital de S. José de Fafe;

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que no requerimento que a Santa Casa da Misericórdia lhes apresentou, solicitava que o Executivo e que a Assembleia Municipal pudesse fazer o reconhecimento de relevância estratégica e de interesse público aquilo que a Misericórdia tinha como intenção de fazer melhoria nos cuidados de saúde que prestava. E, portanto, a Misericórdia no requerimento referia que era relevante para a candidatura que tinham de apresentar aos Fundos e ao Ministério da Saúde, que os órgãos municipais pudessem reconhecer e reforçar a estratégia da Santa Casa da Misericórdia.

Informou que analisaram isso em reunião do executivo e mereceu a sua concordância e votaram favoravelmente e era esse apelo que ali fazia também à Assembleia Municipal que se juntasse ao órgão câmara e pudesse fazer esse reconhecimento que, no fundo era um documento que seria anexada às candidaturas que a Santa Casa da Misericórdia teria como intenção apresentar.

Foi dada a palavra ao deputado **José Ribeiro, deputado independente**, para dizer que esteve calado até o momento e, portanto, esperava que o Presidente da Mesa lhe concedesse o benefício de naquele momento, porventura, usar um pouco mais de tempo, sendo que não queria maçá-los. Mas gostava de dizer que, há pouco mais de 20 anos, o próprio e o Presidente da Assembleia Municipal, à data seu Vice-Presidente da Câmara, iniciaram um caminho de correr para o Ministério da Saúde, falar com alguns ministros, mais do que um, porventura secretários de Estado também, vendendo-lhe uma ideia que era a de que em Fafe havia um hospital público que, já à data, nas suas perspetivas não tinha as condições necessárias para o funcionamento moderno de um hospital, o que atualmente certamente piorou, não tinha grandes dúvidas porque já no tempo da Ministra da Saúde, Leonor Beleza, isso acontecia também. Dizia-se, até em surdina, que, eventualmente, uma verificação da ordem dos médicos reprovava o funcionamento do hospital e quem conhecia o edifício, certamente constatava que havia partes do edifício que não tinham sequer pé direito, ou seja, não tinham as condições para um funcionamento moderno e até cumprindo as normas.

E, portanto, fizeram caminho no sentido de dizer que queriam um hospital novo, de raiz, entendiam que o atual hospital devia ser devolvido à Misericórdia, sua proprietária, explicando que o Estado pagava renda à Misericórdia e, porventura, nesse edifício, aproveitando-o, deveria instalar-se um hospital de acamados onde defendiam, e também teve a aceitação do Ministério. Na lógica de um hospital integrado no Centro Hospitalar Guimarães Fafe, esse hospital de cuidados continuados serviria, em parte, Fafe e também Guimarães, como também



o novo hospital seria um hospital de ambulatório com valências que deixaria de haver algumas no hospital de Guimarães. Portanto, numa linguagem mais perceptível, pois não era técnico dessa área, complementaria o hospital de Guimarães. E a verdade era que, em 2009, conseguiram convencer o ministério a assinar um protocolo com o município de Fafe para a construção de um novo hospital. E logo de seguida, pensava que em 2011/12, havia já um anteprojecto que ficaram a analisar na câmara e dar o aval para a construção desse novo hospital. Afirmou que fizeram algumas diligências no sentido de encontrar terreno na zona de expansão da Cumieira, fizeram diligências para fazer uma ligação também à Via Rápida, uma vez que naquele local tinham intenções de uma escola secundária nova, também já em projeto nessa altura, do hospital e de um parque municipal de desportos também, portanto, que desenvolveriam toda aquela zona da cidade que continuava a reclamar pelo seu desenvolvimento. Mencionou que estava muito convencido que iriam conseguir avançar com esses equipamentos, mas sobretudo com o hospital e teve garantias na altura do primeiro-ministro de então que o hospital avançaria, como avançou Amarante, como avançou Lamego, como avançaram outros, como esteve perto de avançar Barcelos, que estava naquele momento a avançar, enquanto o de Fafe ficaria certamente para as calendas. Portanto, tinham grande convicção de que isso iria acontecer nunca, enquanto foi Presidente da Câmara, alguma vez foi auscultado, teve conhecimento de que estava a ser desenhada a entrega e a concessão do hospital, não só a entrega do edifício, mas a concessão do serviço à Misericórdia. E, tendo deixado a Câmara em 2013, em 2014 ou 2015, salvo erro, foi assinado um contrato entre o Ministério e a Misericórdia para que a Misericórdia não só recuperasse o edifício, mas passasse a fazer os serviços de saúde em Fafe. E era aí que batia o ponto porque julgava que naquela sala não haveria ninguém que não reconhecesse interesse, utilidade pública a toda a função que a Misericórdia desempenhava na sociedade fafense e a sua importância e a sua relevância. Agora, venderem que era de relevância estratégica para a Misericórdia, seria com certeza, mas para a Fafe, ampliar funções naquele local. Um local tão constrangido, tão deprimido de todos os pontos de vista urbano, seguramente que não era. E, portanto, entendia que, sem prejuízo de poder haver formas de a Misericórdia prestar serviços na área da saúde, contra a qual não tinha nenhuma objecção, que não desistia do Hospital Público do Serviço Nacional de Saúde e se avançava Barcelos, e se estavam a avançar outros também, talvez o PRR pudesse ter sido uma grande oportunidade para recuperarem esse projecto, tinham de continuar a batalhar por um hospital público em Fafe. Disse que não tinha ilusões, nenhuma ilusão, de que avançando aquela ampliação, que punha as maiores reservas do ponto de vista urbanístico que se fizesse, era preciso saber se aquilo que se queria fazer respeitava as normas urbanísticas que estavam em vigor porque o Sr. Presidente da Câmara disse, e disse bem, aquando da ampliação do Centro de Saúde. O Centro de Saúde foi construído à altura e o Sr. Presidente da Assembleia



que liderou esse processo, sabia que conversaram sobre isso, não reunindo todas as condições que devia reunir, designadamente do estacionamento só que o Estado não pedia licença, fazia. Portanto, a Câmara não tinha grande forma, a não ser porventura, recorrendo aos tribunais, e não sabia se lá chegaria, para impedir. E naquele momento também, o Sr. Presidente da Assembleia lembrar-se-ia bem, se metessem uma pedra na engrenagem, provavelmente não se faria, iria, como dizia o povo, para o outro lado. Afirmou que era disso que estavam a falar também, o atual hospital, por força de um edifício mais que centenário, não tinha os requisitos, a ampliação do hospital agravava a falta de requisitos. Depois era o trânsito, era a acessibilidade, era tudo aquilo que todos percebiam que ia acontecer. Disse que lamentava muito, mas não daria o seu voto favorável, com todo o respeito e não tinha de fazer provas, mas com todo o respeito que tinha pela atividade da Misericórdia, lamentava que a Câmara, nos últimos mandatos não tenha usado o instrumento que tinha, um protocolo, para tentar fazer valer aquilo que era um compromisso do Estado e os compromissos do Estado deviam ser compromissos de bem. Afirmou que todos perceberam que houve um momento, o período da Troika, em que era difícil fazer valer a construção de um novo hospital. Mas a Troika passou rapidamente e felizmente, e depois veio um governo do Partido Socialista e nunca ouviram o Partido Socialista em Fafe falar do novo hospital do Serviço Nacional de Saúde. E, portanto julgava que essa decisão para quem defendia um hospital público em Fafe, enterrava definitivamente essa possibilidade. Afirmou que não tinham sobre isso qualquer ilusão, mesmo que ela fosse um gato escondido com o rabo de fora, portanto pôs à consideração isso, que votassem, a menos que o Sr. Presidente da Câmara entendesse para melhor consideração retirar a proposta e trazê-la noutra altura.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que estavam ali a apreciar um pedido de reconhecimento municipal de relevância estratégica do interesse público do projeto de ampliação do Hospital de São José. Portanto, estavam não a falar de um novo hospital, estavam a falar de criar melhores condições para a Misericórdia.

Solicitou a palavra o **deputado Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD**, para dizer que começava por dizer e manifestar que o PSD era a favor de qualquer investimento que se fizesse na área da saúde, quer fosse privado, quer fosse público. O importante era que iam ampliar o Hospital de São José, e iam ter um investimento de 16 milhões e 200 mil euros que era um investimento significativo, não podiam, a realidade era essa, não podiam estar eternamente à espera de um hospital público, era bom também que o tivessem, não era a realidade, tinham e tinham de aceitar. E, portanto, o investimento privado era muito bem-vindo e estavam perante um dos investimentos mais relevantes e substanciais na saúde nas últimas décadas no concelho de Fafe. Disse que o investimento que não se iria traduzir apenas em betão, equipamento ou novas instalações, ia traduzir-se em mais saúde, em mais qualidade de vida, mais segurança e



mais dignidade para milhares de fafenses. Afirmou que a saúde continuava a ser uma das maiores preocupações das famílias e das áreas onde mais se sentia necessidade de investir para garantir respostas de proximidade, acessibilidade e qualidade de vida.

Afirmou que o PSD sempre defendeu esse objetivo durante as suas campanhas eleitorais, incluiu sempre no seu programa eleitoral a necessidade de reforçar a capacidade hospitalar do seu concelho, através da ampliação do atual hospital, através da construção de uma nova unidade hospitalar que permitisse responder melhor às necessidades presentes e futuras da população de Fafe. Por isso, não podiam deixar de saudar a iniciativa e todos aqueles que contribuíssem para que o projeto chegasse àquela fase.

Disse que mais importante do que o valor do investimento era quem ia beneficiar desse investimento, quem ia beneficiar com melhores condições para os doentes, melhores condições para os profissionais de saúde, maior capacidade de resposta, novas valências, novos serviços e uma oferta de cuidados que abrangia não só Fafe, mas também outras regiões limítrofes. Disse que importava também terem consciência da dimensão do projeto, que estavam a falar de um investimento superior a 16 milhões, um valor que representava várias vezes um investimento anual realizado em muitas áreas municipais e que demonstrava bem a estratégia para o concelho que a Santa Casa da Misericórdia tinha para a saúde.

Afirmou que o PSD estaria sempre ao lado dos projetos que contribuíssem para melhorar a qualidade de vida dos fafenses, sem qualquer dogma perante serem privados ou públicos. E esperavam que aquele processo avançasse com determinação, que fossem assegurados os apoios necessários por parte da Câmara, nomeadamente o reconhecimento, e que essa ambição se transformasse rapidamente numa realidade ao serviço das pessoas.

Usou da palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que a proposta impunha uma análise séria que colocasse no centro os interesses da população de Fafe. Mencionou que não ignoravam a realidade do concelho e, olhando para a proposta, identificavam aspetos que respondiam a algumas carências, como a criação de 37 camas de cuidados continuados integrados, o alargamento das valências cirúrgicas e de consultas externas. Referiu que o plano técnico previa ainda a contratação de profissionais de saúde e pessoal de suporte, o que podia vir a representar uma dinâmica de fixação de recursos humanos em facto.

Contudo, existia uma profunda contradição política que não podiam validar com o seu voto a favor, ao passarem esse selo de importância estratégica, que era o que lhes era pedido, o poder municipal estava a branquear a demissão do Estado e do SNS das suas funções constitucionais. Disse que o interesse estratégico servia essencialmente, como foi dito pelo Presidente da Câmara nas entrelinhas, como muleta para que a instituição acesse a fundos comunitários e garantisse futuras convenções com o Estado, por isso, estavam a abrir a porta a que o SNS fosse



substituído pela Misericórdia. Mencionou que na prática, canalizava-se dinheiro dos impostos de todos para financiar uma entidade que, sendo social, se regia por uma lógica de gestão privada em vez de se investir esse dinheiro, não daria para um novo hospital, mas num serviço público do SNS. No fundo, reconhecer a relevância estratégica e de interesse público do projeto, da ampliação, podia ser prescindir de um hospital público de qualidade da cidade de Fafe. Reportou-se à intervenção do deputado José Ribeiro sobre os termos arquitetónicos, para dizer que também tinha algumas dúvidas que se não fosse classificado de interesse público, não houvesse limitações de PDM e assim, que deveriam ser respeitadas e, com essa boa vontade de estar a ajudar a Misericórdia que era tão misericordiosa, estarem a permitir que, numa outra situação, aquele projeto arquitetónico não fosse, não tinha certeza se isso acontecia ou não, mas admitia que fosse também uma das razões para se considerar de interesse. Por isso, o interesse principal dava para perceber quem era, além disso, apesar da contratação de trabalhadores, os profissionais do setor social enfrentavam frequentemente contratos, carreiras e tabelas salariais menos favoráveis e mais precárias do que os homólogos da administração pública. Disse que defender os interesses de quem trabalhava exigia lutar por carreiras públicas dignas, com vínculos estáveis no SNS e não continuar a alimentar a terceirização dos serviços de saúde.

Usou da palavra o deputado Ricardo Costa, eleito pelo CHEGA, para dizer que o investimento apresentado nos cuidados continuados era crucial e era evidente o interesse público. Ganhavam todos com isso, mas não iam enganar os fafenses. Disse que esse investimento não resolvia o problema estrutural da saúde em Fafe, continuavam a precisar de mais capacidade, mais valências, mais serviços e, acima de tudo, não podiam deixar cair a grande prioridade, o novo hospital de Fafe. Melhorar o atual hospital era importante sim, mas uma prioridade não anulava a outra. Mencionou que remendar o presente não podia servir de desculpa para esquecer o futuro, pelo que perguntou ao Presidente da Câmara, que diligências concretas fez o município junto do Ministério da Saúde e se havia perspetivas reais ou apenas promessas.

Passando aos partidos, disse que era fácil fazer discursos bonitos sobre a saúde, o problema era a hora de agir, mencionando que desde 2009, PS e PSD governaram Portugal, ambos tiveram o poder, ambos tiveram a oportunidade e o resultado, e o hospital continuava no papel. Afirmou que o Chega lançava um desafio direto ao PS e ao PSD questionando se defendiam ou não sem rodeios, um novo hospital público para Fafe. Disse que respondessem naqueles dias, olhassem nos olhos dos fafenses e dissessem se iam lutar por isso, referindo que ninguém pedia uma obra nascida do dia para a noite, mas exigiam era que quando o investimento batesse à porta do Distrito de Braga, Fafe estivesse na linha da frente e não no fim da fila e, quando esse momento chegasse, a prioridade tinha de ser Fafe, não Guimarães, não Famalicão, Fafe. Afirmou que os fafenses pagavam impostos, os fafenses exigiam dignidade. E terminou com



uma última questão, concretamente se a Câmara estava a trabalhar para que Fafe fosse a escolha ou estavam apenas a ver os outros concelhos passar à frente, uma vez que os fafenses mereciam saber quem lutava por eles e quem preferia continuar a adiar o futuro.

Foi dada a palavra ao **deputado Alexandre Leite** para esclarecer uma questão que foi levantada sobre os partidos. Afirmou que, em dezembro passado, se discutiu o Orçamento de Estado para o ano corrente e o PCP propôs no Orçamento de Estado um novo hospital para a Fafe, dizendo que tinha a votação sendo que o PSD votou contra, CDS votou contra, IL votou contra, PS absteve-se e o CHEGA absteve-se.

Foi dada a palavra ao **deputado Carlos Cunha, eleito pelo PS**, para dizer que o Partido Socialista foi visado, objetivamente, corroborava as palavras que disse o deputado José Ribeiro, dizendo que achava que não havia nenhum município em Fafe, respondendo ao Chega, que não quisesse um hospital novo. Contudo a questão não era se queriam um hospital novo, pelo que a sua questão tinha uma resposta já implícita, todos os municípios de Fafe queriam um hospital novo. Porém a questão era diferente, era se viabilizavam com o voto uma obra que era necessária naquilo que tinham naquele momento, ou se votavam contra e continuavam a ter o que tinham com menos condições. Afirmou que podia fazer a demagogia que quisesse, a retórica de que as coisas eram assim, e a verdade era essa, todos queriam um hospital público e o Chega não queria mais do que o PS, nem do que o PSD, nem do que nenhum outro partido, contudo a questão que se colocava era se melhoravam o que tinham ou votavam contra e ficavam conforme estava.

Também solicitou, a palavra o deputado **Ricardo Costa**, eleito pelo CHEGA, para dizer que não foram claros na intenção de voto, pois não disseram que iam votar contra, era melhor andar com as calças remendadas do que andar com elas “rotas”.

Colocada à votação, **a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 3 votos contra (PCP/PEV, José Ribeiro e Mercedes Pardo), aprovar.**

Pelo deputado José Ribeiro foi remetido à mesa uma declaração de voto que fica apensa a presente ata.

9 – Apreciação e votação do pedido de autorização de contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional da operação “CUA – Ciclo Urbano de Água em baixa – Sistema de Água da Região Noroeste – Investimentos em Sistemas de Saneamento de Águas Residuais em Baixa FAF 01”;

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, para explicar que, como era do conhecimento da Assembleia, pretendiam levar a cabo de imediato o investimento de cerca de 6 milhões de euros no prolongamento da rede de saneamento. Para isso solicitavam que os autorizasse, para a componente não financiada, a contratação de um empréstimo de 3 milhões, na esperança que, à medida que o quadro comunitário fosse avançando em termos da sua execução, as taxas



de comparticipação podiam ser acrescidas pois era isso que se verificava. Pelo que trazia à Assembleia Municipal o resultado, ou o relatório final, que resultou do contributo que os bancos deram e das condições que lhes colocaram em termos do financiamento dos 3 milhões de euros. Mencionou que, como estava dito nos documentos, a Caixa Económica Montepio-Geral foi aquela que lhes apresentou condições mais benéficas e, portanto, era aprovar em concreto a contratação do empréstimo a essa entidade bancária.

Afirmou que o assunto originou o pedido para acrescentar a terceira alteração modificativa, como constava da proposta, os serviços responsáveis pediam à Assembleia autorização para aprovar a terceira alteração modificativa para reforço das rubricas nos anos seguintes. Portanto, não tinha consequências no ano de 2026 e os serviços entenderam que deveriam trazer uma proposta não agregada, mas em separado e foi por esse motivo que levaram à reunião de câmara da passada quinta-feira aquela proposta e pedia autorização para se votar essas propostas.

Solicitou a palavra o **deputado independente José Ribeiro**, para fazer uma observação, dizendo que, primeiro que não pegasse a moda de lhes trazerem assuntos para acrescentar à ata, mencionando que aqueles eram algo pacíficos, mas não era de bom funcionamento. E depois pedir ao Presidente da Assembleia que em momentos atrás foi chamada a atenção e reparava também, que só foram entregues os documentos aos líderes parlamentares, pelo que os deputados iam votar sem ter conhecimento das propostas. Afirmou que, quando houvesse essa necessidade, a Câmara deveria, nem que fosse em cima da hora, mandar o documento por via digital para que pudessem aceder a ele.

De seguida, usou da palavra o **deputado Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD**, para dizer que relativamente ao ponto em apreço, a posição do PSD era favorável. Já quanto à contratação dos serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana, a principal reserva do PSD prendia-se com a duração do contrato. Disse que, se tinha lido bem, estavam perante um compromisso plurianual superior a 23 milhões e um contrato com uma duração de 10 anos, isso num contexto em que estavam a evoluir tecnologicamente muito rápido, havia exigências ambientais, modelos de gestão, custos operacionais também evoluíam muito rapidamente. Questionou sobre o motivo por que a Câmara entendia que um contrato de 10 anos era mais vantajoso para a Fafe do que um contrato com menor duração, e eventualmente pela possibilidade de renovação sujeita à avaliação de desempenho.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que era uma questão técnica e contabilística que o Presidente da Câmara explicaria melhor, de poder criar as condições para o lançamento do concurso porque não estava previsto verba suficiente na revisão orçamental que aprovaram na última Assembleia. Portanto, tinham de fazer essa correção para poder estar nos documentos da Câmara o valor suficiente para poderem lançar o concurso até podia ser que viesse a menos,



não sabiam como ia ser o concurso, mas não estava em discussão era o contrato, estavam a discutir a correção ao orçamento.

Colocado à votação, **a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos abstenções (PCP/PEV e IL), aprovar.**

10 - Apreciação e votação da proposta de 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento & GOP's 2026;

Solicitou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para, antes de iniciar a sua intervenção, queria saber o que era aquilo, pois momentos antes pediu meia hora, e mesmo achando que seria exagerado, contudo tendo em conta que o documento lhes foi entregue e estiveram todos ocupados durante a Assembleia com as intervenções, ninguém o leu. Mencionou que houve a queixa de que só os líderes parlamentares receberam, os presidentes de Junta não receberam, os outros representantes não receberam, pelo que achava que concordariam que não era assim que se faziam as coisas, no mínimo, darem-lhes 5 minutos para gastarem 30 segundos por cada página, pelo que solicitou que a Assembleia se pronunciasse sobre esse seu pedido.

Foi interrompida a reunião pelo período de 5 minutos.

Terminado o tempo, pelo **Presidente da Mesa** foi solicitado aos Senhores deputados para que retomassem aos seus lugares, e sabendo que estavam cansados, pediu-lhes um esforço adicional, pois estava quase a chegar ao fim a Assembleia. Disse que, depois do pequeno intervalo, tiveram oportunidade de refletir e de analisar o documento.

Solicitou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que na leitura rápida, deu para perceber que, para além do ciclo da água, também envolvia a recolha de resíduos urbanos indiferenciados, era essa a história, a limpeza urbana. Disse que, em relação à recolha de resíduos, podia haver dúvidas se a Câmara tinha dimensão, se conseguia gerir isso ou não, em relação à limpeza urbana, a Câmara tinha de contratar uma empresa para fazer limpeza urbana.

Não havendo mais intervenções, **a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com um voto contra (PCP/PEV) e 3 votos abstenções (CHEGA e IL), aprovar.**

PÓS ORDEM DO DIA

Foi colocada a votação a ata da Sessão Ordinária, realizada em 29 de abril de 2026, que foi distribuída por todos, como se lembravam, na última reunião houve alguns problemas técnicos na gravação da reunião. Os serviços fizeram um esforço para transmitir fielmente o que se passou na reunião.

O deputado **Alexandre Leite** pediu que fosse corrigido no ponto 9 passando a incluir as suas declarações e fez o favor de enviar aquilo que tinha dito, estavam incluídas na ata, e pedia que



fosse incluído também um parágrafo sobre as declarações do Presidente da Câmara, a dizer o seguinte: "Seguiram-se esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara, nomeadamente referindo que a participação que existiu na discussão pública foi recebida pouco tempo antes de acabar o prazo no final do dia de quinta-feira. Referiu que no dia seguinte até havia greve e a reunião extraordinária da Câmara para votar este assunto foi logo na segunda-feira seguinte, não tendo havido tempo para ver essa participação. Acrescentou ainda que a verdade é que existe um relatório sobre a discussão pública e que se o deputado Alexandre Leite quisesse, ele lhe podia ser enviado".

O Presidente da Assembleia Municipal questionou o Presidente da Câmara, que estava presente, se se revia nesse texto.

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** foi dito que não se revia nesse texto, não foi isso que disse. O que disse e reafirmou era o seguinte: "a Câmara, quando analisou o regulamento, na segunda-feira às 10 horas da manhã, não tinha conhecimento de que tivesse entrado nos serviços nenhuma participação e corresponde à verdade, portanto, ela no registo que tenho aqui à minha frente, os serviços só registaram a participação que chegou, no dia 20 de abril de 2026, em simultâneo com a realização da reunião de câmara. Portanto, à data quando eu fiz a reunião de câmara e quando eu afirmei que não tinha tido nenhuma participação, correspondia inteiramente à verdade. Ao tomar conhecimento de que entrou uma participação, disse-o também aqui nesta Assembleia, mandei os serviços analisarem a participação e a ver se dos contributos que deram se tinham acolhimento. E referi aqui que, apesar de ter verificado só a posterior os contributos que deram, que na nossa perspetiva os contributos não deveriam ser acolhidos na proposta de regulamento que aprovamos e também disse, que como qualquer regulamento, e disse aqui perante esta Assembleia, podemos sempre vir a revê-lo e a proceder a alterações." Foi o contexto em que fez na sua intervenção, foi essa e não era bem nos termos que o Deputado pretendia que se transcrevesse, era o que acabou de dizer.

Pelo Presidente da Mesa foi dito que os serviços gravaram o esclarecimento e iam passar a incluir-lo na ata.

Solicitou a palavra o **deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para começar por fazer um elogio a quem teve de fazer a ata que não deve ter sido nada fácil. Afirmou que a ata, não sabia se tinham reparado, tinha 63 páginas, só isso já era uma trabalhadeira e tiveram a dificuldade de que o som não estava a funcionar e por isso foi tudo muito mais complicado, não estava a queixar-se de quem fez a ata. Percebia que se não tinha as declarações, não as conseguia colocar e, do que se recordava, transmitiu o que se recordava porque achava estranho que não estivessem as declarações do Presidente. O Presidente da Câmara, se calhar não teve conhecimento disso, mas o que fez agora podia ter feito antes e já vinha na ata, mas



achava que até, no fundo, não percebeu o que tinha dito de diferente do que o Presidente da Câmara reafirmou. Disse que continuava a perceber que foi entregue a tal proposta da discussão pública, dentro do prazo e o Presidente confirmou, os vereadores, quando votaram na segunda-feira, não sabiam que havia uma proposta de alteração, era bom que isso constasse da ata.

Solicitou a palavra o **deputado Hélder Mendonça, eleito pelo PS** para dizer que a sua intervenção era muito curta e tinha a ver com esse ponto de até o minuto 11 parecia não haver áudio e esse áudio ter sido interpretado de forma errada pelo deputado Vasco Lopes, eleito pelo PPD/PSD, em que dizia que existia um deputado do Partido Socialista que chamou mentiroso e gesticulou, a palavra dita foi isso é mentira.

Pelo **Presidente da Mesa** foi solicitado para que procedessem à correção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação a ata de 29 de abril de 2026, tendo sido ***aprovada, por maioria, com duas abstenções.***

Atendendo ao adiantar da hora e faltando apenas ouvir o público, foi colocada à votação o prolongamento da sessão, tendo sido aprovado, por unanimidade.

Pelo **Presidente da Mesa** foi informado que havia dois cidadãos inscritos do público, o cidadão **Pedro Hélder Oliveira Matos Freitas** para deixar um agradecimento ao Expresso de Fafe que se não partilhassem nas redes sociais, os cidadãos comuns nem saberíamos a existência da sessão da Assembleia Municipal. Disse que, pelo site e redes sociais do município não se conseguia descobrir, no caso do site procurou por todo lado, ao abrir a página web com o programa de festas e depois de várias voltas lá encontrou os editais das Assembleias Municipais onde estava a convocatória para a Assembleia de fevereiro. Disse que pensava que o Presidente da Assembleia Municipal, Raul Cunha, fez a convocatória com os 8 dias de antecedência regulamentares, pelo que era dever do município colocá-la de forma visível na página da internet e nas suas redes sociais. Ironia que acabou por ser vítima porque eu não conhecia a convocatória e, se soubesse tinha 10 itens, não vindo. Disse que sempre foi um cidadão ativo, adepto da crítica construtiva, mas desde que mudaram para o sistema do “falo connosco”, o município parecia ter adotado o lema “falo sozinho” porque respostas praticamente zero. As várias sugestões que ia enviando ficavam sem resposta, não percebendo se eram lidas ou consideradas por alguém. Perguntou qual era a razão para o município ainda não estar inscrito no Livro Amarelo Online, se seria para evitar que os elogios entupissem o sistema. Afirmou que, durante meses, tentou vários esclarecimentos da parte do município e não conseguiu, com base no que o Presidente da Câmara disse no dia anterior na reunião de Câmara, permitindo-lhe que lhe dissesse que ou estava a desconsiderar a população afetada pelo problema, ou estava muito mal informado sobre o que ali se passava. Desde 13 de novembro de 2025 que o município ignorava a rotura de uma conduta de água pluvial na via circular junto



à rua Professor Humberto Gonçalves, na freguesia de Fafe, uma conduta pública que rompeu em terreno público, exatamente por baixo da via circular, conduta essa onde passavam milhões de litros de água com os picos de pluviosidade, eram águas pluviais de mais de um quilómetro quadrado de território. Como consequência, e na caixa imediatamente anterior, criou-se uma grande cratera em terreno privado que continuava visível para quem lá passasse e, nesse dia, houve grandes inundações no piso menos dois do prédio em causa, foram 20 centímetros de água em mil metros quadrados e só não foi mais porque parou de chover. Salientou o prejuízo que causou e o tempo que demorou a limpar, dizendo que o município, ao perceber a gravidade do problema e para evitar que a água fizesse pressão sobre a via circular, tapou a conduta mais atrás em terreno privado. Achou, de forma errada, que o problema era do empreiteiro responsável pela obra e deixou andar e o empreiteiro, quando as chuvas abrandaram, desceu a uma caixa e em 30 segundos teve a certeza de que o problema era na conduta antiga não sendo ele o responsável. Mencionou que o município demorou três meses a chegar exatamente à mesma conclusão, esperando por umas complexas telefilmagens. Só em fevereiro de 2026 é que os serviços municipais criaram um projeto com uma nova canalização por um novo caminho para resolver o problema, projeto esse que nunca foi discutido com os moradores mesmo que parte da obra fosse feita em terreno dos mesmos. Disse que, para tentar perceber o que realmente se passava com todas as voltas que os tubos davam a contornar o prédio, estava com a luta do “fale connosco”, durante quatro meses a pedir para consultar o projeto de licenciamento da organização e do prédio. Afirmou que só na passada segunda-feira lhe foi autorizado e confirmou que foi executado conforme o previsto, portanto o empreiteiro cumpriu tudo. Disse que quando chovia eram necessárias bombas a trabalhar 24 horas por dia, desde o dia 13 de novembro, bombas assumidas pelo prédio a gastar energia do prédio, a pressão da água continuava na canalização, provocando pressão no prédio, constantes inundações sempre que a chuva aumentava de intensidade. Depois da água conseguir sair por uma tampa, corria a céu aberto para terrenos vizinhos que infelizmente tinham inclinações ao contrário. Explicou que a água ficava acumulada a fazer pressão sobre o prédio, criando constantes abatimentos nos muros, nos passeios e na rampa de acesso às garagens, dizendo que na semana anterior enviou um e-mail ao Presidente da Câmara e ao seu gabinete, com o conhecimento dos vereadores da oposição, a perguntar, mais uma vez, a previsão para a resolução do problema e a responsabilizar o município caso acontecesse alguma tragédia no futuro. Deixou o agradecimento à Vereadora Clara Castro que, ao receber o e-mail percebeu a sua gravidade e, apesar de no dia anterior ter sido substituída pelo Bruno Oliveira, o problema foi levantado na reunião de Câmara. Mencionou que não teve resposta do e-mail mas com base nas respostas que deu ontem na reunião de Câmara, deu para perceber que o seu e-mail foi lido e que o Presidente da Câmara se informou sobre o assunto. Ficou claro



que continuava sem perceber a verdadeira gravidade do que ali se passava, o município achava que tinha o direito de tapar tubos para resolver o problema de domínio público, empurrando para terrenos privados, enquanto ficava à espera da burocracia da contratação pública. Sabia que o concurso público para a obra ainda nem tinha sido lançado, sete meses depois, um assunto urgente que estava a destruir património privado que ameaçava a segurança de pessoas e que piorava a frágil posição do edifício. Perguntou se não merecia um ajuste direto e urgente, que sabia que a obra era pequena e de baixo valor, mas seria assim tão difícil arranjar um empreiteiro que tivesse interesse nela. Disse que todos sabiam que o município tinha excelentes e duradouras relações comerciais com 12 ou 13 empreiteiros da região, a quem adjudicava milhões de euros em obras públicas todos os anos, essa parceria e essa boa relação comercial de milhões não permitia ao município pedir a um desses grandes empreiteiros que assumisse essa obra mesmo que não fosse o projeto mais lucrativo do ano para eles, numa parceria institucional saudável tinha de haver um compromisso de dar e receber. Afirmou que quando a segurança do cidadão estava em causa, a Câmara tinha de fazer valer o peso que tinha junto dos construtores que lucravam com o concelho. Disse que havia capacidade para ajustes diretos e rápidos para festas, tinha de haver capacidade para esse caso também, como não poderia voltar a usar da palavra, pelo que pedia ao Presidente da Câmara que a resposta não fosse uma promessa vaga e que assumisse compromissos. Disse que o próprio e os moradores mereciam uma resposta, pelo que se tivesse disponibilidade, podiam ir os dois ao local e analisar a situação, disponibilizando-se, como sempre esteve.

De seguida, foi dada a palavra a Fernando Miranda Freitas para tecer alguns comentários às atividades municipais nomeadamente sobre a realização do Enduro e o encontro de Padres no Pavilhão Multiusos.

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para, de uma forma muito telegráfica, dizer a Pedro Freitas o seguinte: quanto ao atraso na resolução do problema era a sua perceção, não a nossa e quanto à violação das regras de contratação pública, às vezes em situações de emergências incitam também a que fossem mais expedidos. De qualquer das formas, disse que gostava de lhe dizer que a informação que tinha, recebeu o responsável pelo condomínio duas vezes, não sabia se tinha alguma responsabilidade lá, mas foi solicitado duas vezes e pessoalmente recebeu o responsável do condomínio e inteirou-o daquilo que estavam a fazer. Tinha informação de que, quer o vereador responsável, quer o técnico responsável pelas obras municipais, lhe deram conhecimento dos passos que estavam a ser dados. Segundo, disse que, de facto, houve ali a obstrução de uma conduta que atravessava a via rápida e houve necessidade de fazer videofilmagem, para saber se era possível ou não a recuperar, se era preciso encontrar outra solução e todas essas soluções ficaram, do ponto de vista técnico, devidamente acauteladas. Informou que, quando mandou o último e-mail, há cerca de 15 dias



ou 3 semanas, e foi essa a informação que prestou na reunião de Câmara, os serviços disseram-lhe que já tinham a solução encontrada do ponto de vista técnico e que estavam à procura de um empreiteiro com capacidade para executar a obra até porque, sabia muito bem, que tiveram que tomar como opção ela ir encostada ao passeio, por alguma dificuldade até de negociação com o proprietário dos terrenos contíguos para onde foram encaminhadas as águas, o que era previsível e tinha de ser feito todo o esforço, aproveitando a época do verão, e antes do próximo inverno, que a solução estivesse devidamente encontrada.

Terminada a Ordem de Trabalhos, pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando uma hora e trinta minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e seis.

E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei contra a proposta, não por estar contra a melhoria dos serviços de saúde em Fafe, obviamente, mas por isso mesmo, por entender que este não é certamente o caminho para lá chegar!

Votei contra não por que tenha qualquer reserva ou oposição aos serviços relevantes que a nossa Misericórdia presta, bem pelo contrário, mas por coerência comigo próprio e pelas minhas convicções quanto ao que mais interessa e melhor serve os Fafenses!

Não tenho qualquer dúvida ou ilusão de que a aprovação desta proposta sinaliza, para muitos anos, quiçá, definitivamente, a veleidade da construção de um novo hospital e, sobretudo, de um hospital público, do SNS, conforme assumiu o Estado em 2009 por protocolo por mim assinado com o Ministério da Saúde de então e cujo projeto estava já desenvolvido no Ministério!

Como sabemos, a chamada da troika entre 2011 e 2014 retirou qualquer possibilidade de avançar o processo, mas em 2015 tivemos novo período, novo Governo, do PS e alinhado com o Executivo socialista, depois com maioria absoluta no Governo e no Executivo, onde, ao que julgo saber foi o PSD a defender o hospital público e não o PS. Claro, os dois Executivos socialistas desde 2013 nunca, nunca vieram a público defender o hospital, tal a subserviência e mesmo dependência que tinham ao PS nacional!

Portanto, só ao PS se pode pedir responsabilidades por Fafe não ter, não vir a ter um hospital público e tê-lo perdido também em 2015 só ao PS cabe a responsabilidade!

Não foi por ingenuidade política que o PS votou favoravelmente esta proposta, mas por cumplicidade e pela incapacidade política de afirmação do melhor interesse para Fafe e para os Fafenses e, já agora, para as populações de Basto!

Mas foi, por certo, por ingenuidade e seguidismo que as nossas Juntas aprovaram, contra o interesse daqueles que representam!

Julgo inviável desaconselhável e mesmo ilegal a ampliação do atual hospital de S.José, pelos constrangimentos da sua localização, pela inadequação das atuais instalações e por se tratar de um edifício classificado!

José Ribeiro

